

Introdução

Na bela província do Minho chama o campanário os povos à revolta.

in *O Diário do Povo*, n.º 115, 22 de Maio 1862

Toda a tropa de Portugal e todos os empregados da nação, que até agora a têm roubado, reunidos numa só massa a nada chegariam contra os valentes habitantes do Minho.

Padre Casimiro, Apontamentos para a História da Revolução do Minho em 1846", pág. 171, ed. Antígona, Lisboa, 1981.

Ano da graça de 1862, corria o mês de Abril do. Os dias daquela Primavera anunciavam-se particularmente tempestuosos. No céu, as nuvens cinzentas rebentavam em tormentas de aguaceiros e trovoadas. Quando o Minho estava à beira de entrar em efervescência política e social, no reino de Portugal ainda se sentiam os ecos das convulsões que se seguiram à morte de D. Pedro V e a entronização de D. Luís I.

O anúncio da morte do rei, tinha sido acompanhado de rumores que davam conta da suspeita de que D. Pedro teria sido vítima de envenenamento (repetindo o que já havia acontecido à morte do seu avô, D. João VI). Na véspera da aclamação, o *Diário de Lisboa* (na época, o boletim oficial do governo), publicou um relatório dos médicos da corte em que se indicava que o infante D. João, assumir funções de condestável do reino na cerimónia da aclamação, tinha sido acometido de uma crise de tosse que o impediria de comparecer ao cerimonial (príncipe acabaria por falecer em 27 de Dezembro). Os rumores de que se conspiravam contra as vidas dos membros da família real começaram a gerar alvoroço entre a população de Lisboa. Na manhã de Natal, mobilizada pelas notícias e pela intervenção dos homens da *Ação Patriótica*, uma multidão de populares concentrou-se no Terreiro do Paço, de onde se dirige para a Câmara Municipal, convencendo os vereadores que ali se encontravam a assumirem a cabeça da manifestação, incumbindo-os de entregar ao rei uma mensagem em que se rogava que mudasse de local de residência. Os membros da vereação foram recebidos no Paço, onde lhes foi comunicado que D. Luís havia já decidido mudar-se para o palácio de Caxias.

Entretanto, no Terreiro do Paço, grupos de populares dirigiram-se para o Ministério do Reino, lançando gritos contra o Marquês de Loulé e os seus ministros, que se puseram em fuga através do Arsenal. À noite, apareceram tropas naquela praça, na sequência do apedrejamento das janelas dos edifícios do governo. Chegou mesmo a ensaiar-se uma tentativa de incendiar o palácio do Marquês de Loulé. As cargas da tropa, especialmente as de cavalaria, que nessa noite e na tarde do dia seguinte se abateram sobre os populares, conseguiram estancar a rebelião popular. Dos confrontos, resultou grande derramamento de sangue nas hostes dos amotinados, que estavam desarmados.

Apesar de abafados pelas baionetas do exército, os tumultos do Natal de 1861 fizeram tremer o ministério do Marquês de Loulé que, depois da fuga, viria a apresentar um pedido de demissão, mas que seria reconduzido nas suas funções governamentais.

Agora, em finais de Abril de 1862, em terras do Minho as gentes vão levantar as suas vozes contra o jugo pesado dos tributos, numa turbulência social que voltaria a abalar o Ministério do Marquês de Loulé.

O nome de uma mulher surgiu então na boca daqueles que, armados de chuços e clavinas, se reuniam para combater a exacção fiscal. Chamava-se *Maria Bernarda*, e dela muitas histórias circularam por aqueles dias. O seu nome ergueu-se naqueles dias como pendão simbólico da esperança das gentes humildes dos campos, que nesse ano viam a pressão tributária aumentar pesadamente sobre os seus ombros. Pairou também como a personificação do medo dos empregados da fazenda, acusados de insensíveis e prepotentes, e de uma boa parte dos responsáveis da administração local. Desde então, *bernarda* passou a pontificar nos dicionários como sinónimo de motim popular, perpetuando o nome daquela *Maria Bernarda*. Porém, ao contrário da palavra a que deu origem, a revolta que lhe tomou o nome caiu no esquecimento da História de Portugal de oitocentos.

Muito provavelmente, aquela *Maria Bernarda*, enquanto personagem de carne e osso, nunca terá existido. À imagem de outras revoltas e revoluções, é o nome de uma mulher que assume o papel da cabeça de motim simbólica que acompanha os populares, essencialmente de origem camponesa, sempre que invadiam nas povoações, assaltavam as repartições da fazenda, queimavam os instrumentos da opressão — os registos das matrizes dos impostos, os livros do recrutamento militar. Neste sentido, *Maria Bernarda*, terá sido, como então escreveram, a filha primogénita de uma mulher chamada *Maria da Fonte* que, dezasseis anos antes, dera o seu nome à guerra dos homens dos campos do Minho contra a política e os políticos do cabralismo.

É desta filha da *Maria da Fonte* Arcada, enquanto entidade que personifica as aspirações colectivas de multidões em revolta, que iremos tentar traçar o esboço de uma *biografia*, procurando descrever e analisar uma onda de levantamentos populares que se centraram no Minho e que se estenderam a quase todo o País, tornando-se por aqueles dias na principal fonte de matéria noticiosa da imprensa da época e gerando um apaixonado debate parlamentar, que teve no Visconde de Pindela o principal interveniente.

A revolta de *Maria Bernarda* sobrevém entre os tumultos do Natal em Lisboa e a sedição militar de Braga, que irrompeu em meados do mês de Setembro de 1862, decorrendo num período em que as páginas dos jornais eram veículos de uma grande controvérsia acerca dos conventos das Irmãs da Caridade (alvos de um projecto de extinção) e da liberdade de ensino, temas que então eram objecto de debate na Câmara electiva das cortes do Reino.

Alguns meses após a *Maria Bernarda*, aquando da sublevação de Braga, o Visconde de Sá da Bandeira, Ministro da Guerra que à época substituíra interinamente o Marquês de Loulé, na sua ausência do país, remeteu para o General Saldanha um telegrama proveniente da cidade dos arcebispos em que se dava conta dos acontecimentos e se transmitiam rumores que ligavam o velho marechal à organização do movimento militar. Conhecedor das acusações que pendiam sobre si, Saldanha devolve o telegrama juntamente com uma carta que constitui um revelador significativo do grau de *acalmia social* que, por aqueles tempos, reinava na sociedade portuguesa. Escrevia Saldanha:

Meu caro Visconde:

Agradeço a V. Ex.ª a remessa do telegrama, que restituiu, e que me enche de verdadeira mágoa. Se todos os bons portugueses não podem deixar de ver com horror a situação em que nos achámos, que me acontecerá a mim, que a custo de tantos sacrifícios tenho conseguido pôr termo às causas que em 15 anos nos têm feito sofrer os desgraçados efeitos de 14 revoltas e revoluções? Deus nos acuda e ilumine o nosso bom arno e aos seus ministros. Tais são os votos de quem é com sinceridade

*De V. Ex.ª colega, camarada e amigo verdadeiro,
Saldanha.*

in S. J. da Cruz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, tomo II, pág. 405.

Em 15 anos, 14 revoltas e revoluções: eis, segundo testemunha um dos seus protagonistas, um dos principais traços da história social e política do Portugal do período que decorre entre a *Maria da Fonte* e os finais de 1862.

Primeiros tumultos

Os históricos iludiram cobardemente o povo; quando andaram a mendigar de porta em porta as assinaturas contra o governo transacto, diziam-lhe claramente, falando-lhe em contribuições: o povo não pode nem deve pagar mais; serviram-se destes e doutros meios para alcançarem os seus fins, e afinal sobrecarregam-no com mais do que pode e do que DEVE.

in *O Raio*, n.º 133, 31 de Maio de 1862

O primeiro episódio da turbulência que iria abalar o Minho durante dois meses ocorreu no dia 21 de Abril de 1862. Era segunda-feira e, como todos os anos por aquela data (que era o dia da romaria da Senhora do Bom Sucesso), uma boa parte das gentes de Guimarães envergou trajos festivos, e carregando os cestos da merenda, meteu pés, montanha acima, a caminho da Ermida de S. Roque, erigida no monte do mesmo nome, nas encostas que circundam o velho burgo. Viviam-se tempos difíceis. Mas, no Minho, mesmo quando as sombras da miséria e da desgraça pairam sobre os dias das gentes, uma romaria é sempre uma romaria, uma festividade onde confluem a religiosidade cristã e as

reminiscências de práticas pagãs, misturando-se a devoção, com rezas e cumprimento de promessas, com a folia feita de cantares, de danças de roda, de disputas em que, não raro, acabavam com confrontos de varapaus.

Aquela romaria seria igual a todas as outras, não fosse ter aparecido por lá uma personagem que, por aqueles dias, tinha granjeado forte antipatia: o escrivão da Fazenda Pública, José Inácio de Abreu Vieira. Naquele tempo, andavam os homens agitados por sentirem que a mão do fisco se abatia excessivamente pesada sobre as suas bolsas. As culpas directas eram dirigidas para o escrivão da fazenda, que todos acusavam de se ter conduzido por critérios de parcialidade e compadrio na repartição das contribuições. Ergueram-se então entre o povo vozes que lançavam *morras* contra aquele funcionário e *vivas* ao rei D. Luís I. À frente da agitação destacavam-se os fabricantes da zona dos couros da cidade. O velho escrivão, temeroso da sorte que aquela gente ameaçadora lhe reservava, fugiu, refugiando-se na casa do Conde de Vila Pouca (o qual, com o desenrolar dos acontecimentos, viria a ser alvo de acusações, nunca confirmadas, de ser um dos mentores ocultos dos motins).

Os clamores daquele dia voltariam escutar-se repetidas vezes, um pouco todo o Minho, e mesmo por todo o reino, nas semanas que se seguiram. Eram eles frutos de uma revolta latente nas camadas humildes da população, gravosamente afectadas pela distribuição dos impostos que, naquele ano, se começava a reger por uma nova lei. A aplicação dessa lei (que, em si, era inegavelmente progressiva em relação às práticas do Antigo Regime então ainda vigentes) foi então marcada por *"uma série de desigualdades, em que a propriedade do pequeno contribuinte se avaliava à risca, enquanto a do influente se calculava pelo minimum, fazendo-se-lhe ainda as deduções pela tabuada do compadrio"* (in *Jornal do Porto*, n.º 100, 3 de Maio de 1862). Atente-se o que sucedeu em Guimarães. Em 1860 foi estipulado, para as oitenta freguesias que então integravam o concelho, um rendimento colectável de 157 contos de réis. Em 1861, esse valor subiu para 193 contos, correspondente a um acréscimo de 23%. Todas as freguesias viram o seu rendimento colectável aumentado (excepto Cerzedo, que teve uma quebra de 11,2%), com variações que oscilaram entre os 0,8% de Santa Maria de Souto e os 67,5% de S. Torcato, resultantes de critérios aparentemente incompreensíveis por não obedecerem a qualquer lógica. Foram estas variações, que resultaram da discricionariedade dos escrivães da fazenda, que estiveram na origem da agitação popular e da hostilidade que o povo dirigiu aos funcionários responsáveis pela distribuição dos tributos. Este primeiro pronunciamento popular, ainda pacífico, seria o prenúncio de um período de turbulência social que atingiu todo o Minho, estendendo-se depois a outras regiões do país.

No domingo seguinte, dia 27 de Abril, tocaram rebate os sinos da Póvoa de Lanhoso. Conforme o uso, chamavam povo a reunir-se. Terá sido aqui que, segundo o que se intui da leitura da imprensa da época, terá surgido a famigerada *Maria Bernarda*, que iria dar o seu nome à revolta, a fazer soar as badaladas do primeiro sino que se dobrou em chamamento do povo. Em terras de Lanhoso o total das contribuições a pagar também aumentara pesadamente, o que

levou o povo a responder maciçamente, juntando-se, tal como foi relatado, mais de quinhentos homens armados que se dirigiram à repartição da Fazenda e à casa da administração para, repetindo aquilo que ali foi feito em 1846 aquando da *Maria da Fonte*, proceder ao auto-de-fé das *papeletas* onde estava inscrita a repartição dos impostos.

No dia seguinte, cenas idênticas se verificaram em Guimarães. Os sinos das margens do Ave convocaram o povo a reunir-se nas Taipas. As intenções dessa gente, vinda, na sua quase totalidade, das aldeias rurais, são patentes: invadir a sede do concelho, assaltar a repartição da fazenda, destruir as matrizes de impostos — as *meretrizes*, como então eram conhecidas entre o povo — e os registos do recrutamento militar que, naquele tempo, era causador de uma penosa sangria de braços que faltavam aos trabalhos agrícolas.

Às quatro horas da tarde, dava-se a entrada em Guimarães de largas centenas de homens armados, em grande parte apenas com os instrumentos da faina dos campos. Como a cidade, naquele tempo, não dispunha de qualquer guarnição militar, alcançaram o Largo do Toural sem encontrarem qualquer resistência, dirigindo-se para a igreja de S. Pedro, onde forçaram o sineiro a tocar a rebate. Entretanto, qualquer pedido de auxílio que se pretendesse dirigir a Braga ficaria sem resposta, uma vez que os revoltosos trataram de fazer cortar, em três pontos diferentes para tornar mais difícil a reparação dos estragos, o fio do telégrafo que ligava Guimarães à capital do distrito.

Gritava-se nas ruas contra o escrivão da Fazenda e o Ministério do Marquês de Loulé. As tentativas de encontrar o funcionário do fisco revelaram-se infrutíferas (soube-se depois que, na eminência da sublevação anunciada, se havia posto em fuga, acolhendo-se em Braga). À falta de outra presa, os populares em fúria capturaram o substituto do administrador do Concelho, obrigando-o a acompanhá-los à casa da Administração, onde entraram depois de arrombarem as portas a golpes de machado, organizando em seguida, no Largo de S. Francisco, um autêntico auto-de-fé com os papéis que lhes caíram nas mãos. Quanto às *meretrizes*, ninguém as encontrou, por terem sido, ao que constou mais tarde, resguardadas no cofre de uma irmandade vimaranense, antes da entrada dos sequazes da *Maria Bernarda* na cidade.

Após a queima de papéis, os amotinados tomaram a direcção da casa do escrivão, onde de balde o procuraram, assim como sucederia depois na residência de um seu sobrinho. No entanto, uma parte dos populares dirigiu-se para a cadeia, com a intenção de soltarem os presos, intento de que serão dissuadidos a tempo.

Tendo agarrado um vereador municipal, apoderaram-se das chaves do edifício da Câmara, para onde se dirigiram com a intenção de destruírem os cadernos do recenseamento militar. No interior do edifício, arrombaram a porta da sala de aferição dos pesos e medidas, destruindo tudo o que ali encontraram e lançando a um poço os padrões do

sistema métrico. Desceram depois à rua, invadindo toda as lojas que encontraram abertas e assenhorando-se dos novos pesos decimais. Em casa do administrador do concelho exigiram, sem sucesso, que lhes fosse revelado o local onde as matrizes dos impostos se achavam escondidas.

Os revoltosos abandonaram a cidade quando começava a cair a noite, deixando a promessa de um regresso anunciado para o dia seguinte.

Enquanto a cidade rumorejava na agitação, o administrador do concelho pedia a Braga que fossem enviados para Guimarães efectivos militares capazes de assegurarem a manutenção do sossego público. Foi então dada ordem de marcha a um contingente de quarenta baionetas, que chegaram ao seu destino cerca da meia-noite, com a cidade adormecida na mais perfeita quietação após um dia de turbulência.

Nos dias que se seguiram, os sinos não cessaram de tocar a rebate, desde a Falperra até aos subúrbios de Guimarães. Em todo o desenrolar dos acontecimentos o povo amotinado irá assemelhar-se a uma enorme massa acéfala, sem que se destacassem cabeças de motim dignos desse nome. Todavia, notícias veiculadas pelos diversos jornais que então se publicavam davam conta de rumores que circulariam segundo os quais, aquando da invasão de Guimarães, os chefes e instigadores da revolta, identificados como grandes lavradores, teriam ficado no alto de Azurém, de onde observariam as movimentações populares. Porém, nada se sabe de concreto acerca desses responsáveis pelos distúrbios.

Este motim encerra em si a tipologia da maior parte dos levantamentos que, até meados de Junho, assolariam o país. O chamamento do povo a manifestar-se contra os impostos e os escrivães da Fazenda era feito através dos repiques dos sinos a rebate nos campanários das aldeias, que se repercutiam por longas cordas de povoações. O sino representava então um papel importante nas comunicações entre terras vizinhas: de freguesia em freguesia, a mensagem era transmitida ao povo que, respondendo ao chamado, munindo-se de armas de caça e de alfaia agrícolas, se dirigia, disposto à revolta, para os pontos de reunião. E, como nos dão conta os relatos que chegaram até nós através da imprensa, aqueles foram dias em que os repiques dos sinos se fizeram escutar quase sem parar.

Ao apelo dos campanários, os camponeses dirigiam-se aos lugares combinados. Iam armados de caçadeiras, chuços, foices roçadoiras, varapaus. E gritavam, erguendo as armas improvisadas que carregavam: *Viva o rei novo! Viva D. Luís II! Abaixo os tributos! Abaixo o recrutamento! Abaixo os pesos novos! Morte ao escrivão! Abaixo o ministério!* Seguiu-se a invasão das povoações, onde, entre vivas e morras, procuravam o escrivão da fazenda, assaltavam a respectiva repartição, destruíam as matrizes dos impostos, sempre que as encontravam, e os cadernos do recrutamento militar. A par disto,

procuravam os padrões dos novos pesos e medidas (popularmente apelidados de *sapinhos*), roubando-os e inutilizando-os (por vezes através do seu lançamento a um rio, como sucedeu em Barcelos).

Entretanto, a autoridades moviam-se, tentando dissuadir os manifestantes de continuarem os desacatos. Uns empregavam palavra sibilinas, de convencimento pacífico, prometendo canalizar os protestos populares em direcção ao rei e às câmaras do reino, acenando-lhes com o direito de petição que as leis portuguesas consagravam. Outros, talvez a maioria dos responsáveis dos concelhos, abandonavam à sua sorte as terras que governavam e pediam reforços militares para estancarem pela força a revolta das gentes, mesmo que para tal fosse necessário fazer correr sangue. E o sangue jorrou inúmeras vezes durante a revolta da *Maria Bernarda*.

Não era por acaso que os coevos destes tumultos os comparavam constantemente com a Revolução do Minho de 1846. As similitudes entre uma e outra revolta são nítidas, quer no que respeita à extensão territorial, quer pelo tipo de confrontações de que Portugal foi então palco. Tendo esta revolta caído no quase esquecimento da História — bem como uma boa parte das que antecederam e das que se lhe seguiram — o seu estudo é susceptível de nos trazer novas contribuições para a reanálise deste período da vida portuguesa, geralmente descrito como tempo de acalmia social. A introdução das práticas capitalistas no meio rural fez-se acompanhar por medidas que atingiram negativamente as práticas rotineiras da sua população, que reagia através de revoltas camponesas mais ou menos espontâneas. Estes movimentos surgem a par de levantamentos populares de natureza urbana, de que são exemplo as ocorrências tumultuosas que se seguiram à morte do rei D. Pedro V.

O Portugal de meados de oitocentos atravessava um período de profunda crise económica e financeira, caracterizado pelo crónico e crescente endividamento do Estado e pela tentativa de lhe pôr cobro através do aumento das prestações tributárias cobradas aos contribuintes, sobrecarregando-se em primeiro lugar aqueles que tinham menos voz activa junto dos poderes, aqueles que enfrentavam maiores dificuldades no amanho do seu próprio sustento. São esses os primeiros a sentirem-se vexados por terem de carregar na sua albarda os cadeirões dos ministérios, que, ao mesmo tempo que acentuavam a pressão fiscal sobre os contribuintes, eram conhecidos pelas suas mãos-largas em relação aos gastos com a manutenção da sua numerosa clientela política.

Foi contra esta situação que se revoltaram a gentes do Minho no ano de 1862.

Os agentes da revolta

O povo por agora não tem guia nem desígnio pertinaz. Reúne-se em tumulto, grita porque o roubam, queixa-se porque tem dores, mas desabafa na praça, e depois de meia hora de irritação inofensiva, retira para sua casa tranquilo e sem ódios, esperando que desta manifestação resultará o alívio de seus males.

in *O Bracarense*, n.º 769, 7/4/1862

Pela leitura nas notícias vindas a lume nos jornais do tempo em que a *Maria Bernarda* lavrou em terras do Minho, apreço claro que se estava em presença de um movimento espontâneo, nascido do descontentamento dos homens em relação ao agravamento da carga fiscal, a que se acrescentavam outras motivações sociais. Movimento espontâneo, escrevemos. Será que o foi? Quem deu corpo aos motins? Quem foram os seus cabecilhas? Se os teve, quem foram os seus mentores ocultos?

A análise dos factos leva-nos a retirar uma primeira constatação: a coberto da revolta, movia-se toda uma teia complexa de reivindicações, expressas ou não, que correspondiam às palavras de ordem de diferentes grupos sociais ou políticos. Não existem dúvidas de que a massa dos revoltosos seria fundamentalmente constituída por homens do campo que se erguiam contra as ameaças um agravamento fiscal excessivo e inoportuno. Porém, à sua revolta juntava-se uma singular amálgama de grupos políticos — dos legitimistas-miguelistas aos liberais, dos liberais aos democratas e republicanos —, homens do povo, clérigos e aristocratas, cada qual tentando tomar as rédeas da revolta nas suas mãos, dirigindo-a em favor da sua causa.

E as causas eram muitas.

Desde logo, a mão pesada na tributação predial, industrial e pessoal, através da aplicação casuística movida por critérios pouco racionais da nova legislação fiscal que, em si, constituía um significativo progresso em relação às persistências de práticas do Antigo regime. Uma outra bandeira que se juntou à insubordinação contra o fisco foi a resistência à instauração do sistema métrico decimal, instituído com a reforma do sistema de pesos e medidas decretada em 1852 por Fontes Pereira de Melo, que estabelecia o prazo de dez anos para a respectiva entrada em vigor, que findava nesse ano de 1862. Todavia, as antigas medidas permaneciam de tal modo enraizadas no quotidiano das gentes, que nem as penas para quem utilizasse (multas e prisão) pareciam suficientes para impor novo o sistema. Um outro argumento da revolta foi a luta contra o sistema de recrutamento militar então em vigor, que alimentava as fileiras do exército com os braços de que a terra carecia. A estas reivindicações, juntaram-se outras vezes, invocando outros pretextos, ligados com querelas que então se encontravam na ordem do dia da discussão política, como a extinção e expulsão das Irmãs de Caridade ou a questão da liberdade de ensino, que por aqueles dias animavam as discussões na imprensa e no Parlamento, e que ajudam a perceber as palavras de ordem em defesa da *santa religião* que aqui e ali se juntavam aos clamores dos revoltosos.

É esta teia de causas que ajuda explicar a participação, mais ou menos encoberta, no decurso das distintas fases da revolta, de membros de diferentes extractos sociais, quantas vezes com interesses sociais e políticos antagónicos. Neste quadro, é patente um complexo emaranhado de conflitos de interesses económicos, sociais e políticos: são as gentes que se erguem contra os tributos; são as clientelas políticas que aguardam impacientemente a hora de alcançarem as

benesses com que será paga a sua fidelidade aos vencedores na luta pelo poder; é o povo miúdo dos campos que se levanta para resistir à difusão das práticas capitalistas e à penetração da burguesia endinheirada no meio rural, fenómeno que ameaçava provocar profundas alterações no sistema tradicional de relações do homem com a terra; são os membros do clero que vêem acentuar-se o processo de laicização do Estado português.

É certo que foram elementos do sector manufactureiro urbano os responsáveis directos pelo primeiro ensaio de revolta, em 21 de Abril de 1862, quando os fabricantes da zona dos couros de Guimarães protestaram contra o modo como foi aplicada a nova contribuição industrial. Já quando, uma semana depois, cerca de meio milhar de homens, armados de ferro e fogo, invadem a cidade de Guimarães, parte da imprensa descreve-os de modo bem diferente, referindo-se-lhe com os epítetos de *população ou canalha*. Na realidade, não eram mais do que homens com as costas habituadas a vergarem-se sob o peso da enxada que, vindos das freguesias rurais, entraram no burgo a fim de consumarem os seus anseios de revolta contra o fisco e contra um escrivão da fazenda que teve a *habilidade de exasperar este povo todo*, como se escreveu no *Jornal do Porto* de 1 de Maio, que dava conta de que *os amotinados não encontraram então a adesão do povo da cidade, uma vez que nem uma só pessoa daqui se juntou aos revoltosos que, de bacamarte em punho, assaltaram a administração, a câmara, etc.*

Ao contrário do que sucede na generalidade das revoltas, nesta não se notam indícios de envolvimento directo dos partidos que então se digladiavam na cena política portuguesa, nem se encontram nomes sonantes de homens públicos. Trata-se, segundo podemos constatar, de levantamentos germinados no seio de franjas da população que, por viverem uma situação insustentável, lançaram mãos ao que estava ao seu alcance e partiram aos magotes para as povoações, disposto a defenderem os seus direitos. Pelo menos na origem, este parece ser um movimento sem condutor em busca de quem seja capaz de o dirigir:

Referindo-se aos participantes de um dos motins, escreveu o *Jornal do Porto*:

Pela desordem que trariam, bem se via que não traziam capitães ou cabeças que os dirigissem, e o seu grito, unísono e constante, era, viva o rei D. Luís, abaixo o ministério e queremos pagar a décima antiga."

in *Jornal do Porto*, n.º 98, 1 de Maio de 1812

Gente do campo, insurgia-se contra as práticas capitalistas que se introduziam na agricultura, que surgiam aos olhos das gentes dos campos com formas novas e mais requintadas de sujeição. Para ilustrar esta afirmação, tomemos o artigo de fundo de *O Bracarense* de 30 de Abril, em que se relata a agitação que reinava entre o povo de diversos pontos do distrito de Braga, *instigado pela imperiosa necessidade de aliviar os seus padecimentos sociais*. Tal movimento era, segundo a opinião do articulista, *inteiramente espontâneo, isolado e desprotegido*. Ali se lê:

Em tudo isto não se nota indício de combinação ou plano concertado com antecedência. O povo reúne-se nas imediações das paróquias quando ouve tocar os sinos: arma-se cada um com o que pode e, à voz de — abaixo os tributos, abaixo o ministério que agora quer aumentar ainda mais esses tributos — identificam-se as vontades e as acções, e marcham todos em procissão em busca do escrivão da fazenda, inimigo comum que todos desejam ver pelas costas a dar aos calcanhares, pois cuidam que sem estes farrabazes do fisco não correriam tanto risco as bolsas do povo. Os escrivães da fazenda fogem, os papéis do processo tributário sofrem um auto-de-fé, e o povo adormece em volta das cinzas dessas antipáticas papeletas.

in *O Bracarense*, n.º 706, 30 de Maio de 1862

Tal como surgem descritos, estes levantamentos de raiz anti-tributária apresentam, em muitos aspectos, uma significativa analogia com os que eclodiram antes da Revolução Francesa. A identificação da origem camponesa dos motins é demonstrada pela afirmação muitas vezes repetida de que os amotinados não encontravam a solidariedade activa da população dos núcleos urbanos que invadiam. A mesma ilação pode ser retirada da observação do tipo de armamento empregues pelos promotores dos tumultos: quase sempre instrumentos de trabalho agrícola. Grosseiramente armados, os grupos de revoltosos invadiam as povoações e nelas se moviam como que desorientados, dando mostras de não terem qualquer plano previamente concebido. Corriam as terras em busca do escrivão dos impostos, ocupavam-lhe a casa, procuravam o administrador do concelho, forçavam a entrada na Câmara Municipal e na administração da Fazenda Pública, lançavam à rua papelada que depois destruíam pelo fogo. A sua ira voltava-se então contra os instrumentos da opressão, as matizes dos impostos e os cadernos do recenseamento militar, que quase nunca não apareciam, porque eram previamente colocados a recato pelas autoridades. Por último, invadiam as lojas e destruíam os pesos e medidas decimais que aí encontravam.

Revolta rural na sua essência: assim é a *Maria Bernarda*, tal como também se pode observar no mapa dos acontecimentos, no qual se nota que a maior parte das localidades atingidas tem uma economia predominantemente agrária, com destaque para as de forte implantação da cultura vinícola, onde se faziam sentir mais pesadamente os efeitos dos agravamentos excessivos das colectas sobre o vinho, cuja produção, em muitas partes, não chegava à quinta parte do rendimento notado injustamente nas matrizes, como escreveu o articulista de *O Bracarense* atrás referido.

No que se refere a gente ligada à indústria, falámos já dos fabricantes dos couros vimaranenses que participaram na primeira manifestação contra os critérios tributação aplicados naquele ano. Sabemos também que, no dia 31 de Maio, os operários da Cedofeita, no Porto, se reuniram na rua da Torrinha, decididos a não pagarem as contribuições e a porem em marcha uma tentativa de pronunciamento. Foram demovidos dos seus intuitos pelo seu administrador que, na altura, conseguiu que dispersassem. Porém, os operários mostraram-se na disposição de se voltarem a reunir com os mesmos objectivos.

Desconhecemos ao certo qual o papel das mulheres na revolta. O facto de nela se encontrar uma mulher, *Maria Bernarda*, como líder simbólico, parece denotar uma certa participação do elemento feminino, ao menos no campo do incitamento e do apoio moral, com o seu entusiasmo e os seus gestos decididos. Não terá sido por acaso que se disse ter sido uma mulher quem primeiro soar os repiques de sino a rebate, em terras da Póvoa de Lanhoso, mostrando a presença feminina no despoletar da revolta.

Parece então claro que em 1862, no Minho, se movimentavam massas de gente anónima que se enquadravam em grupos de sublevados, sem a presença de cabecilhas destacados. Daí que *O Bracarense* revele que *não figura entre os vizinhos amotinados nome conhecido que sirva para chefe duma revolta. Os que se vão juntando à procissão são soldados e generais ao mesmo tempo.* Nessa altura, estávamos ainda na fase inicial dos levantamentos. Aqueles que se ergueram para tentar sacudir o sufoco da opressão fiscal que se abatia sobre os seus bolsos, lançaram-se à procura de potenciais comandantes de operações, entre os chefes das guerrilhas que, dezasseis nos antes, conduziram, ao lado do decantado padre Casimiro, a *Revolução do Minho*. Esta busca não se revelou de todo infrutífera: no centro de comando dos amotinados iremos encontrar, a dado momento, um certo padre que, aquando da *Maria da Fonte*, deixara o seu nome de comandante guerrilheiro gravado na memória dos homens.

O padre José da Lage, revivendo os tempos da *Revolução do Minho*, voltou a ocultar, debaixo da sotaina de clérigo, a clavina do combatente. De seu nome do século José Soares Leite, o padre José da Lage aparece como um das personagens inscritos nos anais da *Maria da Fonte*. Trata-se nem mais nem menos do padre José das Taipas de que fala o megalómano padre Casimiro nos seus *Apontamentos* (§ 89 e 90, pp. 91-92), dirigindo-lhe palavras de desconfiança. No livro que escreveu tomando por base aqueles *Apontamentos*, Camilo Castelo Branco refere-se a José da Lage de modo diferente, atribuindo-lhe o epíteto de *um barra* (*Maria da Fonte*, p. 130). Fundamentando-se em documentação sobre a *Maria do Fonte* que pertencera a Passos Manuel e ao seu irmão, António Teixeira de Macedo escreveria em 1880 que, *entre os eclesiásticos distinguiram-se o Cónego Montalverne, ex-deputado liberal, o padre Casimiro, o padre José da Lage, e outros.* Será este último padre guerrilheiro que, em 1862, chegará a desempenhar papel de relevo na direcção dos motins populares. A sua participação na revolta será, todavia, meteórica.

O seu nome surge-nos pela primeira vez, na documentação que compulsamos, no jornal *A Voz do Minho* de 24 de Maio, onde se diz constar que *o célebre guerrilheiro padre José da Lage comandava os homens que, no dia anterior, haviam tentado o assalto a Guimarães, sendo repelidos em direcção a Selho.* Volvidos dois dias, os sinos das circunvizinhanças vimaranenses não paravam de tocar. O povo, em grande número, concentrava-se em três pontos: um grupo reunia-se nas Taipas, sendo comandado pelo padre José da Lage; um segundo grupo era dirigido por um indivíduo chamado Gomes e, o terceiro, que se encontrava na zona de Vizela, era guiado por um habitante de Pardelhas, Salgado de seu

nome. O batalhão às ordens do padre, formado por quatrocentos homens, em 28 de Maio continuava nos subúrbios de Guimarães. Na bandeira que os encabeçava, podia ler-se a legenda: *DEUS E PÁTRIA*. Como testemunha *O Raio*, esta guerrilha promete, segundo se afirma, entrar em Guimarães e fazer tudo em cavacos (in *O Raio*, n.º 132, 28 de Maio de 1862). Na mesma data, *O Bracarense*, mais próximo do palco dos acontecimentos, relata que os revoltosos que se moviam para invadirem Guimarães *dispersaram por falta de chefes, porque o padre José da Lage escapara logo que pôde, e o mesmo fizeram os outros* (in *O Bracarense*, n.º 718). Estava, segundo tudo nos leva a crer, terminada a efémera intervenção do padre José da Lage no transcurso da revolta da *Maria Bernarda*.

Nos tumultos de Barcelos, no domingo dia 4 de Maio, os amotinados que invadiram a vila eram encabeçados pelo regedor de Sequiade. A presença de um regedor à frente da revolta remete de novo para a memória da *Maria da Fonte*, recordando o papel que muitos regedores então desempenharam, ao colocarem-se à frente dos vizinhos das respectivas freguesias. Aquele homem de Sequiade revelou-se legítimo herdeiro dos seus antecessores do tempo da *Revolução do Minho*.

Assaz curioso é o cabecilha do motim que teve lugar em Chaves a 14 de Maio. Diz um correspondente do *Diário do Povo* daquele concelho transmontano que dez a catorze homens se dirigiram naquele dia à Repartição da Fazenda encabeçados *por um coxo fazendo duma grossa tranca o que o mais destro tambor fazia com o seu bastão. Com isso muita gente se riu, porque nunca julgou que houvesse casos a lamentar* (in *Diário do Povo*, n.º 113, 19 de Maio de 1862). Como já se ouvira noutras paragens, os amotinados lançavam morras às autoridades e vivas ao rei D. Luís. O grupo comandado pelo coxo acabaria por ser desarmado antes de alcançar a rua Direita e o seu comandante foi preso pelos militares. Seguiram-se confrontos entre o povo e a tropa, que carregou a varrer sobre quem se encontrava no Largo do Arrabalde, provocando dezenas de feridos. Diz o autor da carta acima referida que os revoltosos *que promovem tumultos não são o povo, mas sim canalha; de todos os indivíduos que acompanharam o coxo, nenhum pagou 10 réis de contribuições* (idem).

No dia 18 de Maio, Amares foi esquadrinhada por um corpo de tropa que procurava suspeitos de envolvimento nas acções tumultuárias. Colocaram sob cerco a residência do padre José de S. Jorge, da freguesia de Goães, invadindo-a de seguida. Ali procederam a uma busca que culminou com a apreensão de uma pistola e de uma arma caçadeira. Ao mesmo tempo, desapareciam dali *2\$240 réis em dinheiro e uma porção de galinhas do padre, creio que por serem reaccionárias* — diria depois no Parlamento o deputado Francisco Manuel da Costa. De seguida, os militares assediaram a casa do alferes da igreja, Domingos da Costa, procurando-o em vão. Quando se preparavam para deixar a freguesia, uma mulher fez repicar o sino a rebate. *A tropa voltou atrás, e entrando na igreja com as barretinas postas e as armas engatilhadas, quis assassinar um padre que estava a acabar de dizer missa, contaria aos seus pares o deputado Costa.*

Segundo o que foi relatado, não liquidaram o padre, mas trataram de destruir alguns sinos com o olho de uma enxada.

Dos factos que acabámos de descrever pode-se aquilatar o grau de desconfiança que as autoridades dirigiam ao clero das aldeias, por serem homens que gozavam de notável capacidade de influência no estado de espírito do povo. Porém, na sua maioria, não incitavam os homens à revolta; antes pelo contrário, muitos deles faziam troar do alto do púlpito palavras intimidatórias sobre as gentes dos campos, agitando-lhes com a ameaça de excomunhão pelo arcebispo bracarense para os que aderissem aos motins.

Um outro indivíduo acusado de encabeçar a rebelião, que entretanto tinha alastrado a outras regiões do país, foi preso em Poiães, em meados de Junho. Tratava-se de um filho de um oficial de diligências de Castelo Branco. Foi detido por requisição do governador civil daquele distrito, pendendo sobre ele acusações de envolvimento nos tumultos que agitaram Castelo Branco em 19 de Maio, por altura do mercado da cidade.

E pouco mais sabemos acerca dos presumíveis cabeças de motim da *Maria Bernarda*.

Terá tido este movimento mentores ocultos que, movendo-se a coberto das sombras e fazendo uso de homens de mão, procuravam instigar a agitação do povo, conduzindo-o à rebelião? Se os teve, quem foram e o que pretendiam? A resposta a estas questões coloca-nos problemas insuperáveis, pelo menos do ponto de vista da documentação disponível. Na imprensa periódica contemporânea dos motins, muitas vezes, insinuava-se muito mais do que se afirmava ou se provava com fundamentos sólidos. Daí a necessidade de um cuidado permanente no tratamento deste tipo de fontes, de resto pouco elucidativas quanto às questões acima colocadas.

Tomemos uma local publicada em 29 de Maio, que veicula os rumores que circulam no Minho segundo os quais o *Conde da Azenha* e o *Conde de Vila Pouca* são os promotores dos tumultos populares, para concluir em seguida: *não se sabe a certeza* (in *O Raio*, n.º 133, 29 de Maio de 1862). Uma carta de Guimarães, publicada no dia anterior, no *Diário do Povo*, dá conta de que continuava a dizer-se que um certo titular daqui fornece meios a certos agitadores, afirmando, um pouco mais adiante, *haver razões para crer que o aludido titular não era estranho aos tumultos. Como não lhe custou a ganhar o dinheiro, desperdiça-o deste e doutros modos* (in *Diário do Povo*, n.º 121, 28 de Maio de 1862). Não se sabe quem fosse tal titular.

No relato que o padre Casimiro escreveu sobre a *Maria da Fonte*, refere-se, a certa altura, que se teria formado em Guimarães uma Junta Provisória, para a qual o padre guerrilheiro foi convidado. Nesse sentido, terá recebido uma carta que pedia que fosse conferenciar com o Almagem, o general nomeado por aquela junta. O autor da missiva é o

Visconde do Arco ou da Azenha, fidalgo que apoiou abertamente os revolucionários de 1846. Em 1862 surgem diversas tentativas de implicar o conde da Azenha com a *Maria Bernarda*. Chegou a circular em Guimarães o boato de que teria sido preso, juntamente com o Conde de Vila Pouca (o mesmo que, em 21 de Abril, havia dado guarida ao escrivão da fazenda do concelho, que fugia das manifestações hostis que lhe eram dirigidas pelos populares). Tais boatos acabaram por ser desmentidos sem que tenha chegado até nós qualquer prova do envolvimento destes (ou doutros) presumíveis mentores ocultos da rebelião da *Maria Bernarda*.

Posto isto, apenas podemos concluir sem grande margem para erro que os tumultos que abalaram o reino ao longo da Primavera de 1862 apenas tiveram um fio comum: as razões da agitação do povo. Não existiu qualquer frente comum de direcção, nem directivas dimanadas de um centro coordenador das acções.

A heterogeneidade social dos que se colocaram à frente dos amotinados permite alicerçar a conclusão de que nenhum partido organizado esteve envolvido directamente nos acontecimentos. No Parlamento, embora muitos dessem alguma razão ao povo, ninguém ergueu a voz dizendo que apoiava os motins e todos pediam às autoridades medidas para os suster. Todavia, não faltou quem deles se quisesse aproveitar. No entanto, a oposição de todos os quadrantes aguçava as suas críticas ao governo do Marquês de Loulé, tratando de exigir a sua demissão e a dissolução do Parlamento.

O povo e a tropa

"O nosso exército está num estado vergonhoso. Os nossos corpos estão reduzidos à expressão mais simples. Não há tropa sequer para manter a segurança pública nas principais povoações."

(in *Diário do Povo*, n.º 98, 1 de Maio de 1862)

No Minho os campanários chamavam as gentes à revolta contra o poder e os seus agentes. Os levantamentos sucediam-se por todo o lado. O governador civil deparava-se com dificuldades desmedidas na tentativa de controlar uma situação explosiva. A província era um terreno minado, um paiol de revoltas latentes que poderiam rebentar ao mínimo impulso. Todos os dias se sucediam marchas e contra-marchas de força militares; os soldados mantinham-se num movimento sem trégua, girando de terra em terra, procurando apagar focos de rebelião, que logo em seguida se acendiam noutros lugares. A acção dos grupos de amotinados levantava grandes dificuldades à actuação da tropa. A sua táctica assemelhava-se à das assuadas do tempo da Reconquista, baseada em surtidas rápidas e desgastantes ao território do inimigo: as sedes de concelho, centros colectores de impostos que, apanhadas de surpresa, não tinham tempo para encetar a resposta adequada.

Naqueles dois meses, as estradas do Minho foram calcorreadas, vezes sem conta, em todas as direcções, pelas forças militares. Os soldados, obedecendo ao mando hierárquico, viam rapidamente esgotadas as suas energias no desgaste de sucessivas ordens e contra-ordens. No dealbar da revolta foram enviados para Guimarães e para a Póvoa de Lanhoso os soldados disponíveis no Regimento de Infantaria n.º 6, num total de oitenta praças repartidos por dois destacamentos de quarenta baionetas. A força que logo em seguida tomou a direcção de Guimarães, chamada de urgência no dia 28 de Abril, entrou tranquilamente na cidade por volta da meia-noite, quando já reinava a calma no velho burgo. Porém, volvidos escassos dois dias, ressurgindo a agitação entre os populares, os militares viram-se compelidos a bater em retirada, abandonando Guimarães em direcção à Póvoa de Lanhoso.

A 3 de Maio, marchou para Barcelos uma força de quarenta homens, que se encontrou com os revoltosos nas proximidades da vila. A tropa carregou sobre os populares e da escaramuça resultariam vários feridos e um morto. O povo responderia à força militar no dia seguinte, sendo aquela vila sitiada por uma multidão de quatro centenas de homens, forrados com armas de fogo, chuços e foices. O presidente da Câmara Municipal conseguiu que os amotinados não consumassem os seus intentos de vingança, prometendo-lhes interceder a favor das suas pretensões junto do rei e do Ministério. O povo desmobilizaria em seguida, dando vivas a si próprio e à tropa.

Este tipo de operações ocorreu durante todo o tempo que durou a agitação popular. Recebendo a todo o momento ordens de marcha para se dirigirem para os lugares e lugarejos onde os sublevados se reuniam, os soldados, esgotados pelo cansaço, iam deixando transparecer manifestações de insubordinação. O comando militar começava a sentir graves dificuldades com a insuficiência dos homens às suas ordens para corresponder às solicitações que a todo o momento chegavam de todo o lado. Do Porto, de Lamego e de Lisboa são enviados reforços militares para a província do Minho.

Entretanto, o governo, dando-se conta dos riscos em que incorria com a continuação de uma revolta que ameaçava generalizar-se, tratou de cumprir a antiga promessa feita pelo Visconde de Sá a Francisco Manuel da Costa, deputado de Braga, nomeando um general para o comando da 4.ª Região Militar. O nomeado foi o Barão de Palme, que chegou a Braga no dia 9 de Maio. Um cronista particularmente verrinoso, que assinava *Alcaparra* e escrevia um *Folhetim* de Lisboa na primeira página do jornal *O Bracarense*, distinguiu o general recém-nomeado com um tratamento de desusada deferência, considerando-o *um cavalheiro, um valente general, um amigo do seu amigo e um português às direitas*. Natural do Minho, o barão general tinha aqui os seus bens de fortuna. Conhecedor da região e da sua trataria de fazer sentir ao governo do reino que fora o desespero que conduzira o povo à revolta gente — assim o esperava o *Alcaparra*.

No dia 17 de Maio, o novel comandante da 4.ª Região Militar lançaria uma proclamação dirigida aos habitantes de

Província onde, depois de afirmar que os homens do Minho deviam ser os mais submissos às leis do governo, porque aquela província tinha sido *constantemente a filha predilecta de todos os governos*, sustentando que o Minho se havia adiantado muito na *estrada do progresso*, espelhado na quantidade de vias de comunicação que atravessavam a região em todas as direcções. Exortava o povo a que confiasse nas suas intenções, proclamando que havia de *ser inexorável com os tumultuários, sufocando, se fosse preciso, os sentimentos do seu coração para unicamente se lembrar dos seus deveres de soldado*. Esta proclamação constituía uma autêntica declaração de guerra aberta, encerrando a intenção de sufocar a revolta pela força, contrariando as expectativas dos que, como o ilustre *Alcaparra*, confiavam que o Barão de Palme alcançaria uma resolução justa e pacífica para os tumultos do Minho.

Enquanto isto, as movimentações de forças militares prosseguiam. Ao Minho iam chegando contingentes de tropas enviados pela 2.^a e pela 3.^a regiões militares. No dia 6 de Maio anunciava-se que ia chegar ao Porto o Regimento de Infantaria N.º 16, que tinha Braga como destino. No dia seguinte, vinha a lume a notícia de que partiria de Lisboa, a bordo da fragata *Bartolomeu Dias*, um contingente militar composto pelo Regimento de Infantaria n.º 10, pelo Batalhão de Caçadores n.º 2 e por um parque de artilharia. O desembarque deu-se no dia 10. No primeiro *Boletim Sobre os Acontecimentos*, publicado na folha oficial do Governo do dia 12 de Maio (*Diário de Lisboa*, n.º 106), noticiava-se o desembarque das tropas no Porto, afirmando-se que *com a presença desta força e outras providências adoptadas pelo governo seria de esperar que se possa evitar a repetição das criminosas ocorrências que têm agitado alguns concelhos da Província do Minho*. No dia 15, o RI n.º 10 marchará em direcção a Guimarães, com bagagens e música.

No Minho continuavam as movimentações de tropas, com recontros com populares um pouco por todo o lado, em escaramuças de maior ou menor gravidade. No mesmo dia em que o RI n.º 10 se instalava em Guimarães, o *Diário do Povo*, reflectindo a inquietação que a situação prenunciava nas terras revoltosas depois de as tropas terem recebido ordens para extinguir por todos os meios qualquer tentativa de sublevação, perguntava: *que espécie de força tem o governo para aquietar os ânimos, para abafar os tumultos?, e fazia notar que não é com a força das baionetas que os ânimos se aquietam. É com a força da justiça, com a persuasão, com a prudência e com o prestígio*. Forças essas que, na opinião do articulista, o governo não possuía (in *Diário do Povo*, n.º 110, de 15 de Maio de 1862).

Esgotados de cansaço, minados pela descrença e falhos de força anímica, os soldados sentiam grandes dificuldades em suportar os enfrentamentos com os revoltosos.

No dia 19 de Maio deflagraram em Amares confrontos entre as forças militares e populares amotinados, com estes a lamentarem alguns mortos e feridos. Estes incidentes sucederam na sequência da prisão de indivíduos acusados de envolvimento nos motins. Para reforçar as forças no terreno, os homens do RI n.º 10 receberam ordem de marcha

imediate para aquele concelho, mas os soldados mostraram-se pouco dispostos a acatarem a ordem. Nessa altura, o seu comandante, o brigadeiro Horta, serviu-se do telégrafo para solicitar ao comando da Região Militar autorização para adiar a partida para o dia seguinte, uma vez que os soldados acabavam de recolher ao quartel, vindos do cumprimento de uma missão. Este pedido seria rejeitado pelo quartel-general, de onde chegou a reafirmação da ordem de marcha imediata. Uma força do Regimento, composta por soldados *estropiados e desesperados*, tomou a direcção de Amares, onde os populares sublevados estavam reunidos em diversos locais. Em S. João de Rei, a tropa foi recebida com tiros de clavina. *Os pobres soldados, fatigados da marcha, mal podiam responder ao fogo vivo dos paisanos, que os perseguiram até à noite, apresentando-se-lhes pela frente em algumas partes* (in *A Voz do Minho*, n.º 1065, de 26 de Maio de 1862). Em fuga perante as investidas dos populares, a tropa acabaria por concentrar-se na Feira Nova, recusando o aquartelamento disperso pelas aldeias vizinhas, como era de uso na época.

Na mesma data, tocaram os sinos nas freguesias dos arrabaldes de Vizela. Os amotinados reuniram-se nas Caldas sob o comando do Salgado de Pardelhas. Por haver notícia de que o grosso da força militar se achava a ferro e fogo em Amares, projectava-se o assalto ao quartel do RI n.º 10 com o objectivo de lhe retirar a pólvora. Os poucos soldados que permaneceram na guarnição de Guimarães, tendo notícia do que se tramava, trataram de colocar a pólvora a salvo, guardando-a num armazém e fechando-se com ela. Deste modo, conseguiram evitar que se consumassem as intenções dos seguidores do Salgado de Pardelhas.

No dia 22, ainda o RI n.º 10 se encontrava sob o fogo dos rebeldes que, ao contrário dos soldados, conheciam muito bem o terreno que pisavam, seguindo habilmente a estratégia guerrilheira de desgaste do inimigo que já havia sido empregue ao longo da *Maria da Fonte*.

Depois de Amares, os soldados da Infantaria 10 seriam ainda enviados para as Terras de Bouro, de onde regressariam no dia 26 para o quartel instalado no Paço dos Duques. Entre os soldados, manifestavam-se sinais de descontentamento em relação ao superior que os comandava, patentes numa carta enviada ao *Diário do Povo* pelo seu correspondente em Guimarães, que dava conta de que *a tropa não pode sofrer marchas contínuas. O regimento devia ser dividido pelas povoações onde se manifesta agitação. Reuni-lo num só ponto e fazê-lo marchar todo ou quase todo para um só lugar é uma inconveniência, é falta de perícia militar* (in *Diário do Povo*, n.º 115, 21 de Maio de 1862).

Ao longo da revolta, o RI n.º 10 viu-se abandonado por grande número dos seus praças. Afirmações de um soldado publicadas no *Jornal do Porto* dão conta de que os desaparecidos se *não morreram, fugiram*. Segundo relatos de testemunhas, muitos dos soldados não carregavam as armas com chumbo quando se dirigiam em direcção aos populares. Estes, por norma, não atacavam a tropa se não tinham motivos contra ela: não era para os soldados que se

dirigia a sua cólera, mas sim os para os agentes e os instrumentos da opressão tributária. Pelo seu lado, os soldados da Infantaria 10, esgotados pelas marchas que os obrigavam a fazer a toda a hora, davam sinais de começarem a simpatizar com a causa dos revoltosos. Às 7 horas do dia 27 de Maio, saiu do Porto tomando a direcção do Minho o Regimento de Infantaria n.º 9, com o objectivo de substituir as tropas do RI n.º 10, que recolheram àquela cidade devido à manifesta pouca vontade seus soldados em participarem na repressão dos motins.

No período dos levantamentos era frequente os revoltosos juntarem aos seus vivas um *viva a tropa*. Com frequência, os sinais de indisciplina entre os soldados eram visíveis, nomeadamente quando alguns deles se recusavam a atirar sobre os populares porque, diziam, também eles eram povo. Apesar de alguns recontros pontuais, com o decurso dos acontecimentos a tropa vai tentando evitar as confrontações violentas com os populares revoltosos. Este estado de espírito dos praças tem a ver, em grande medida, com a sua origem social e com a forma como foram recrutados para as fileiras do exército. A obrigatoriedade da prestação de serviço militar constituía, naqueles tempos, um dos principais flagelos dos campos portugueses, dado que contribuía para a escassez de braços nos campos. É este facto que explica que, sempre que invadiam a sede de um concelho, para além das matrizes dos impostos, o povo em revolta aproveitasse para procurar também os cadernos de recenseamento militar com intenção de os destruir. Homens do povo antes de militares, os soldados eram refractários à repressão dos seus iguais.

Como os tumultos eram cada vez mais ferozes, o governo, temendo que as forças militares de que dispunha para a repressão não fossem suficientes e ponderando a gravidade da situação, solicitou, em meados de Maio, autorização para chamar a reserva do exército. Esta medida é um claro sinal da dimensão que a revolta ia assumindo e da insegurança que começava a instalar-se entre os homens do ministério do Marquês de Loulé.

Acresce a isto que a sedição dava indícios de começar a estender-se ao interior da própria tropa. As autoridades militares sentiam dificuldades em assegurar a disciplina no seio dos seus subordinados. No início de Junho, o Barão de Palme parecia não ter mão no Regimento de Infantaria n.º 5, que dava mostras de querer sublevar-se (o que virá mesmo a acontecer em Setembro, com a participação activa deste regimento na sedição militar que então se desencadeou entre as forças aquarteladas em Braga contra o comando do general barão).

Os recontros entre a tropa e o povo sucederam-se um pouco por todo o lado, por vezes com mortos e feridos, especialmente entre as fileiras desorganizadas das gentes do campo, que não obedeciam a qualquer voz de comando e andavam armadas sumariamente com ferramentas da sua labuta diária reconvertidas em artefactos bélicos. Todavia, apesar da desproporção do poder de fogo das forças em confronto, não raramente as ameaças de recontros terminavam com os soldados a confraternizarem com aqueles que deviam reprimir.

Terminada a revolta contra os tributos, não decorreriam muitos meses até que se desse uma sublevação dos soldados contra a hierarquia que os comandava, numa sedição militar ocorrida em Braga em Setembro e tida como prolongamento da *Maria Bernarda*, onde rebentaram as feridas abertas na relação entre soldados e comando durante as operações de repressão dos motins que abalaram as terras do Minho no final da Primavera de 1862.

Conclusão

bernarda s.f. (1871 cf. DV) I HIST Movimento revolucionário ocorrido em Braga (Portugal) em 1862 (...) 2. p. ext. infm. Insurreição popular; motim; desordem. ETIM antr; Maria Bernarda tornado subst. com., para designar o movimento de 1862, e daí, p. ext., acp. Fig. (...).

Dicionário Houaiss da língua Portuguesa, Círculo de Leitores,
Tomo II, pág. 564, verbete: *bernarda*.

No ano, de 1862 o povo do Minho ergueu-se contra o aumento dos impostos decretado pelo governo do Marquês de Loulé e levado diligentemente às últimas consequências pelos empregados da Fazenda. Esta revolta estendeu-se rapidamente a quase todo o país. Chamaram-lhe *Maria Bernarda* e o seu nome está na origem da palavra *bernarda* que figura hoje nos dicionários como sinónimo de insurreição popular.

As raras referências impressas que se encontram hoje sobre aquele movimento são, quase sempre, pouco exactas, porque, na maior parte dos casos, identificam os motins da *Maria Bernarda*, ocorridos na Primavera de 1862, iniciados em Guimarães e com particular incidência nos concelhos do Baixo Minho e de Barcelos, com a sedição militar que eclodiu em Braga alguns meses mais tarde, no dia 15 de Setembro do mesmo ano. Outras vezes, identifica-se a razão da revolta como sendo uma reacção popular contra a expulsão de Portugal das Irmãs de Caridade, assunto que então desencadeava algumas discussões apaixonadas na imprensa e nas Cortes.

A verdade é que, na origem do movimento, as gentes se levantavam contra a parcialidade com que foi aplicada a nova lei de tributação predial, industrial e pessoal. Depois, juntaram-se-lhe todas as causas contra os poderes estabelecidos: tornando-se também num movimento contra o novo sistema de pesos e medidas (o sistema decimal, que então se tornará obrigatório), contra o ministério, pelo rei D. Luís I e pela *santa religião*. Surge-nos assim toda uma trama de interesses, por vezes contraditórios, em que as consignas liberais se acabaram por associar aos lemas reaccionários, onde enfileiraram camponeses e pequenos agricultores ao lado de aristocratas ciosos dos privilégios do Antigo Regime que iam perdendo, de padres, de migueelistas, cada qual tentando conduzir a revolta pela pauta dos seus interesses.

Quando os ecos da revolta esmoreceram, o Marquês de Loulé continuava à frente do Ministério, as Irmãs de Caridade acabaram expulsas do país, a discussão acerca da liberdade de ensino prosseguiu o seu curso, o recenseamento militar continuou como antes e continuou em vigor o sistema métrico decimal de pesos e medidas (embora com resistências que, em parte, perduraram até aos nossos dias e que se revelam sempre que se negociam *rasas* de milho ou entornam *quartilhos* de vinho). Todavia, se nos ativermos à verdadeira motivação da revolta da *Maria Bernarda*, o movimento saiu inegavelmente vitorioso: o governo legislou para que as matrizes fossem revistas e nomeou comissões de inquérito para analisar as contas dos representantes da Fazenda Pública nos concelhos, os quais acabariam por dar razão aos revoltosos.

Cronologia da Maria Bernarda

21 de Abril, segunda-feira

Em Guimarães, na romaria da Nossa Senhora do Bom Sucesso, os fabricantes da Rua de Couros protestam contra a contribuição industrial e o *escrivão* da fazenda. Aquele funcionário, temendo pela sua segurança, fugiu, abrigando-se na casa do Conde de Vila Pouca.

22 de Abril, terça-feira

Aparece em Guimarães o delegado do Tesouro do distrito de Braga.

"O *snr.* José Inácio de Abreu Vieira, *escrivão* de Fazenda deste concelho, iludido talvez na sua boa fé, deixou passar certas irregularidades que iam ofender bastante as diferentes classes que constituíam os grémios. Isto deu lugar a justas reclamações, a que o *snr.* José Inácio, por entender que já não podia desfazer o que estava feito, não prestou atenção tornando-se a opinião pública, que já lhe era hostil, de tal sorte adversa que a sua vida esteve muito arriscada. Foi então, quando o povo desta cidade estava no maior excitação, que chegou o *snr.* delegado do Tesouro e logo empregou com a maior energia os meios conducentes a apaziguar os ânimos, convocando os grémios e fazendo algumas alterações na classificação."

in *O Vimaranesense*, n.º 3, I ano, 25 de Maio | 862

27 de Abril, domingo

Na Póvoa de Lanhoso os sinos tocam a rebate. Reúnem-se na sede do concelho mais de quinhentos homens que se dirigem repartição da Fazenda onde queimam as "papeletas" da distribuição dos impostos.

Há notícias de uma grande concentração popular nas Taipas.

28 de Abril, segunda-feira

Às 15 horas, entram em Guimarães cerca de seiscentos homens armados, quase todos do meio rural. Há grande alarido contra o escrivão da fazenda. Tomam a direcção da administração da Fazenda, arrombam a repartição e o gabinete do administrador; com o objectivo de queimar as matrizes dos impostos e os livros do recrutamento militar. Destroem alguns papéis. Na Câmara, apoderam-se dos padrões dos novos pesos e medidas e quebram o estalão do recrutamento militar. Aos gritos contra os novos pesos, invadem algumas lojas, onde se apoderam de pesos e medidas do sistema métrico decimal. Diz-se que os chefes do motim ficaram no alto de Azurém a observar o desenrolar dos acontecimentos. O fio do telégrafo que liga Guimarães a Braga foi cortado para impedir as comunicações. Os comerciantes, que se dirigiam para a feira, dispersam. A casa do escrivão da Fazenda (que se ausentara quando soube que se preparava um levantamento) foi revistada. Retiram ao cair da tarde.

Os sinos tocam a rebate desde além Falperra até Guimarães. O administrador do concelho pede ao governador civil que envie uma força militar. Pelas 17 horas, saem de Braga quarenta baionetas que entram em Guimarães cerca da meia-noite. Nessa altura, já a calma reinava no velho burgo.

Quarenta praças do regimento de Infantaria 6 saem de Braga em direcção Póvoa de Lanhoso.

Braga - Começaram ontem, diz o Nacional de 29 do passado, os trabalhos de construção da estrada entre Braga e Guimarães, no lanço que segue desde a quinta da Coutada para Nogueira. É de esperar da actividade e meios pecuniários dos dignos arrematantes desta estrada, que os trabalhos tenham todo o desenvolvimento e pronta conclusão.

"Damos os parabéns às duas cidades de Braga e Guimarães."

in Diário de Lisboa, n.º 98, de 2 de Maio, pág. 1159

29 de Abril, terça-feira

Em Braga circulam boatos segundo os quais o povo se prepara para invadir a cidade. Encerram-se quase todas as lojas e os comerciantes que se dirigiam para a feira, retiram.

Vindas do Porto, chegam a Guimarães 60 baionetas do Batalhão de Caçadores 9, para assegurarem a paz pública juntamente com 40 praças de Infantaria n.º 6 deslocadas de Braga.

Circulam notícias que dão conta de que em Vieira do Minho terá rompido um outro levantamento popular.

"Agita-se o povo em diversos pontos deste distrito, instigado pela imperiosa necessidade de aliviar seus padecimentos sociais. O movimento popular, por ora insignificante, mas que dum momento a outro pode tomar incremento e assumir um aspecto importante, inteiramente espontâneo, isolado e desprotegido. Assim o comprovam todas as circunstâncias e notícias que são do domínio de todos e o procedimento da própria autoridade, que por ora se limitou a medidas insignificantes e só locais, em vista dos acontecimentos puramente locais, de cujos pormenores deve estar ao facto melhor do que ninguém."

in O Bracarense, n.º 706, VII ano, 30 de Abril 1862

30 de Abril, quarta-feira

A força de Infantaria 6 que entrou em Guimarães no dia 28 vê-se obrigada a retirar "para não sofrer os rigores da força bruta daquela gente".

Consta que doze freguesias vizinhas de Fafe se reúnem para uma demonstração de força.

Esta Maria da Fonte é sossegada, segundo O Bracarense.

O povo está em alarme. Pouco é preciso fazer para desenvolver nele um grande incêndio, escreve-se em O Raio.

A Câmara de Guimarães, reunida em sessão, decide enviar ao governador civil um officio onde dá parte dos tumultos que tiveram lugar do dia 28, descrevendo os estragos perpetrados na casa da Câmara.

Ilustríssimo e Ex.mo Sr,

tenho a honra de participar a V^a Ex.^a que, no dia 28 do corrente, das 4 para as 5 horas da tarde, entraram nesta cidade aos gritos subversivos da ordem pública, cerca de 400 homens armados, clamando contra o novo sistema tributário e contra o escrivão da fazenda. Depois de se dirigirem ao extinto Convento de S. Domingos aonde estão as repartições da fazenda e administração, arrombando as portas e destruindo os papéis e documentos que encontraram, dirigiram-se aos Paços do Concelho pedindo os livros do recrutamento e os pesos do novo sistema métrica. Abertas as portas para evitar que as arrombassem, como era sua intenção a que se não podia resistir, entraram em chusma na secretaria desta Câmara podendo, felizmente, convencerem-se, mas não sem grande custo e muito sacrifício, que os livros do recrutamento tinham ido para essa repartição, e que nada lucrariam em destruir os outros livros e documentos que aqui se achavam, conseguindo-se pois a que não tocassem nesta secretaria em coisa alguma, mas não foi possível contudo evitar-se que não arrombassem a repartição da aferição e ali inutilizassem e levassem consigo todos os utensilios e mais objectos que faziam parte daquela repartição, bem como os pesos que pertenciam ao repeso dos açougues e da alfândega. É o que me cumpre dar parte a V^a Ex.^a para que se digne dar as ordens convenientes.

Deus Guarde a V^a Ex.^a.

Guimarães, 30 de Abril de 1862.

O Presidente António Alves Carneiro.

Do livro copiador da 1^a Repartição da Câmara Municipal de Guimarães, fl. 115.

Interpelação dirigida na Câmara dos Deputados ao Ministro do reino pelo Visconde de Pindela, deputado por Guimarães, sobre os tumultos de dia 28:

O sr. Visconde de Pindela: - V. ex.^a dá-me a palavra e verá que efectivamente a pedi com bom título, para quando estivesse presente o sr. ministro do reino porque é urgente e importante o assunto.

Como deputado da nação, e especialmente como um dos representantes da cidade de Guimarães, não posso deixar de perguntar ao sr. ministro do reino se acaso tem conhecimento, como decerto não pode deixar de ter, dos successos gravíssimos que ocorreram no dia 27 pelas seis horas da tarde naquela cidade, como foi entrarem ali cerca de 300 homens armados, e mandarem tocar os sinos a rebate, dirigindo-se à administração da fazenda e recebedoria, e

queimando ou inutilizando os papéis, livros e arquivos que ali estavam, o que decerto foi uma grande perda. Creio que uso do direito que me confere o lugar que ocupo, perguntando a s. ex.^a se tem...

O sr. Ministro do Reino (A. Braancamp): - (...) "No dia 27 deste mês entraram com efeito em Guimarães 200 homens, armados alguns, e parece que se dirigiram à repartição da fazenda. Não tenho informações exactas pelo meu ministério, mas consta-me que não chegaram a inutilizar-se os papéis da repartição. Felizmente a povoação da cidade não se aliou a eles; e tendo marchado de Braga uma força de 40 homens, e tendo requisitado ao mesmo tempo outra força do Porto, os amotinados retiraram-se, e o governo tomou logo pela sua parte todas as providências, como era seu dever. (...)

O Orador (Pindela): (...) "falo do abuso que as autoridades praticam, exigindo sempre o máximo da taxa nas contribuições, com a mais flagrante violação da justiça relativa, o que acarreta à autoridade o ódio e a indignação dos povos, principalmente quando essa parcialidade da autoridade é para agravar, e não para suavizar o imposto. O mínimo esse nunca se paga (*apoiados*).

Os que têm cinco, não podem nem devem pagar como os que têm dez, nem a lei o quer, nem o pode querer, e contudo infelizmente isto é o que está acontecendo naquela parte do país de que eu tenho mais particular conhecimento.

Sessão da Câmara dos Deputados de 30 de Abril, in *Diário de Lisboa*, n.º 99, 3 de Maio de 1862

1 de Maio, quinta-feira

Em Guimarães, reina a tranquilidade. Depois dos primeiros tumultos, o povo recolheu pacificamente a suas casas. Porém, os lavradores reúnem grandes quantidades de pólvora, que é vendida no mercado a preços especulativos.

Em Fafe os sinos tocam a rebate, chamando o povo. Segundo os jornais, ninguém responde ao chamado.

Em Terras de Bouro e no Marco de Canaveses nota-se grande agitação entre o povo.

O governador civil de Braga desarmou os cabos da polícia, por desconfiar que pretendiam juntar-se aos amotinados.

"Onde está a revolução? Estará em Lanhoso, em Garfe, em Guimarães ou em Fafe? Não senhores.

A revolução está nas secretarias de estado, está nos actos do governo, está nos governos civis, está nas repartições da fazenda, está no ânimo de todos os trapicheiros e arouqueiros, está nas preterições escandalosas do exército, está na distracção dos dinheiros que, em vez da sua aplicação legal, são todos absorvidos pela voragem crescente das despesas correntes, está no Borratem e nos clubes que alimentam o marquês do trapiche, está na barriga dos que comeram os bens dos frades e em breve comerão os bens das freiras, cabidos e irmandades."

in *O Bracarense*, n.º 707, VII ano, 2 de Maio 1862.

1 de Maio, quinta-feira

Os quarenta homens do RI-6 que tinham estado em Guimarães dirigem-se para a Póvoa de Lanhoso. Entretanto, a guarnição vimaranense é reforçada com 146 praças do 9 de Lamego.

Guimarães esteve 4 horas entregue à desordem e à anarquia, porque o sr. José Inácio excedeu-se no lançamento das contribuições e não quis atender às justas reclamações dos contribuintes. Esta é a verdade. Além disto continuámos a asseverar que era mais conveniente ter feito a vontade ao povo logo que esgotaram todos os meios de ordem e persuasão, e não havia força para lhe poder resistir. Desta sorte o tumulto acabaria imediatamente, não se dariam os prejuízos que tiveram lugar, a cidade não estaria por espaço de tanto tempo entregue à populaça desenfreada, a quem ainda devemos ser agradecidos pela boa índole, que mostraram, repudiando lembranças mais criminosas. E para que foi tudo isto? Para salvar meia dúzia de papeletas, que representavam o trabalho de 600 mil réis ou um conto! Ora querer salvar isto com risco de serem assaltadas as casas, queimados os arquivos das repartições, e de se atentar contra as próprias vidas, parece-me pouco prudente. Além disto, houve uma tal ou qual imprevidência neste motim, porque três dias antes deste acontecimento toda a gente ouvia dizer, que o povo se preparava para queimar as matrizes; e pelo menos na segunda-feira de manhã sabia-se perfeitamente que estavam reunidos nas Caldas, para esse fim; e tanto receio havia que as matrizes foram guardadas na véspera à noite, e pela manhã marcharam alguns emissários às caldas com o fim de dissuadirem os insurgentes.

(...)

No tribunal judicial procede-se actualmente aos diferentes autos de investigação sobre os sucessos do dia 28. - Chegou o Administrador de Cabeceiras de Basto que vem por ordem do Governador Civil fazer uma sindicância por causa do motim popular.

Não se sabe ainda verdadeiramente os documentos que faltam na fazenda e administração; só à maneira que se for precisando deles se poderá avaliar o seu prejuízo. Em casa do escrivão da fazenda queimaram muitos jornais, e alguns processos do tempo em que este empregado foi escrivão de direito. A maior parte dos pesos novos, foram lançados pelo povo num poço que há no Eirado do Forno, voltando os negociantes ao sistema antigo.

in *O Vimarãense*, n.º 5, 1.º ano, 2 de Maio de 1862

José Estêvão: (...) Eu cuidei que era um distúrbio tributário, mas é uma revolução política. A gente de Guimarães está desesperada, porque há um governo anormal e porque há uma gente tão pouco respeitadora das leis do sistema representativo, que ousa discutir se o parlamento deve ou não ser dissolvido. (...)

Fontes Pereira de Melo: (...) As leis podem ter princípios bons ou princípios maus pelos quais são dignas de louvor ou de censura. Mas as leis corrigem-se emendam-se, e todos nós sabemos que o efeito que elas produzem sobre o povo pode ser agravado muitas vezes mais pelo modo da sua execução, do que pelas suas disposições fundamentais. (...)

José Estêvão: (...) Eu cuidei que era um distúrbio tributário, mas é uma revolução política. A gente de Guimarães está desesperada, porque há um governo anormal e porque há gente tão pouco respeitadora das leis e do sistema representativo, que ousa discutir - se o parlamento deve ou não ser dissolvido. (...)

Sessão da Câmara dos Deputados de 2 de Maio, in *Diário de Lisboa*, n.º 100, 5 de Maio de 1862

3 de Maio, sábado

Em Barcelos rebentam tumultos que resultam em graves confrontos entre os populares amotinados e a tropa. Resultado: um morto e três feridos. Foi enviado para aquela vila um reforço de quarenta praças.

Soube-se que o escrivão da Fazenda de Guimarães se resguardou em Braga.

A Voz do Minho indica como causa da revolta popular "os excessivos aumentos das contribuições e a indisponibilidade de os pagar".

4 de Maio, domingo

Chuvas e saraivadas abatem-se tempestuosamente sobre o Minho.

Às 14 horas, entram em Barcelos cerca de duzentos homens armados, dando-se recontros com a tropa. Alguns são desarmados, outros levados sob prisão. Contam-se alguns mortos entre os populares e três feridos entre os soldados. Devido à humidade resultante da intempérie, as armas de fogo não funcionaram, o que terá evitado mais vítimas. O presidente da Câmara dirige uma alocução à população, atalhando a que se produzissem mais estragos do que alguns papéis queimados na repartição da fazenda e o lançamento ao rio de pesos e medidas novos. Tudo terminou com vivas, foguetes e repiques de sinos. Os revoltosos acabam a confraternizar com a tropa.

Consta que terá chegado a Guimarães parte da infantaria 9, substituindo um destacamento dos Caçadores 9 que tomara a direcção de Braga.

Às 23 horas chega a Braga a força de quarenta homens da Infantaria 6 que estivera na Póvoa de Lanhoso.

As matrizes foram feitas a arbítrio dos escrivães de fazenda que, por instruções particulares é o delegado do Tesouro, não deram a atenção devida aos informadores e multiplicaram duas ou três vezes o rendimento informado, partindo do falso e intolerável princípio de que o informador nunca declara senão a terça parte ou metade do rendimento da propriedade. Deste modo, apareceram propriedades colectadas numa quantia muito superior ao seu rendimento e, quando o proprietário reclamava, recebia sempre má resposta e por fim era desatendido.

A contribuição industrial foi lançada com iguais irregularidades, considerando-se como mestres muitos dos que o não serão. A das cavalgadas tocou a meta do arbítrio, porque o escrivão do Tesouro, exactor leonino, fez considerar como éguas de criação e cavalos de sela os que o não eram, intimando os seus escrivães a esta forçada interpretação da lei como a única admissível, porque a lei são estes pretores despóticos do fisco."

in *O Bracarense*, n.º 708, VII ano, 5 de Maio 1862.

5 de Maio, segunda-feira

As freguesias de Barcelos situadas na direcção de Prado levantam-se, juntando-se cerca um milhar de homens, que invadem a vila a meio da tarde. A tropa, que se alojara na administração do concelho, marchou sobre os populares. Parte deles acabam por dispersar. Os que ficaram, dirigiram-se aos paços do concelho, onde fizeram repicar os sinos. Percorreram a vila, entre *vivas* e *morras*, acabando por retirar.

Visconde de Pindela: Peço a atenção do sr. ministro do reino para o que vou dizer sobre o assunto de que já me ocupei na sessão de quarta-feira, e para o que já há dois dias tinha pedido a palavra.

Não tornarei a fazer aqui a descrição do que se passou em Guimarães no dia 27, mesmo porque isso já é sabido por todos os jornais da província; mas direi que não fui exagerado quando asseverei ao nobre ministro do reino — que Guimarães tinha estado numa situação terrível, e que tinha havido grandes estragos nas repartições públicas. S. ex.^a veio no dia seguinte, até certo ponto, confirmar a verdade do que eu dizia, nem podia deixar de confirmar; porque a parte telegráfica que eu tinha recebido de Guimarães era dada por pessoa que me devia todo o conceito, e que estava bem informada. Se s. ex.^a soubesse então o que hoje sabe, e sabem todos, e que eu já então sabia, confirmaria inteiramente as minhas asserções. Porém, não volto hoje a falar do que se passou em Guimarães, mas só a fazer sentir mais uma vez a s. ex.^a a necessidade que há de uma força militar em Guimarães, mas uma força imponente.

(...) O ilustre deputado por Aveiro e meu amigo, o sr. José Estêvão, disse = que o povo ficou contente, porque queimou todas as matrizes =. Isso não conseguiu ele. Eu posso dizer que três ou quatro dias antes constava em Guimarães que certas freguesias se estavam a amotinar, e se preparavam para ir a Guimarães; e quer v. ex.^a e a câmara saber as providências que se deram? Mandou-se que se escondessem e aferrolhassem as matrizes!!

Salve-se a arca santa, e o mais à mercê dos desordeiros!". Aqui está a providência que a autoridade deu. Por consequência, não tiveram os amotinados o prazer de queimar as matrizes; queimaram e destruíram outras coisas, e queimariam e destruiriam mais se não fossem, como já disse, os importantes serviços feitos a Guimarães pelo sr. Luís Augusto Vieira, porque, repito, a autoridade contentou-se em mandar aferrolhar não sei a quantas chaves as matrizes, quer dizer, as *papeletas*; aquilo que facilmente se podia remediar acautelou-se, e as vidas e fortunas de tantos cidadãos, essas ficaram sem protecção e entregues à mercê dos insurgentes!

Disse também s. ex.^a =que não admira que isto se desse em Guimarães, porque era uma terra industrial, e tinha recebido mal a contribuição respeitante à indústria =. Esteja o ilustre deputado certo que os habitantes de Guimarães, ainda que tenham motivos de queixa, nunca os manifestarão por estes meios. Guimarães não se amotinou nem fraternizou com os amotinados; e a prova disto tem-na o ilustre deputado no que vou dizer, e que não era mesmo necessário apontar-lhe, bastava reflectir que tinham lá entrado sem resistência quarenta homens, porque quarenta homens não entram numa terra insurreccionada, principalmente quando essa terra tem a importância de Guimarães (*apoiados*). É absolutamente impossível. Digo isto, para mostrar que os meus patrícios não são desordeiros, nem inimigos da ordem (*apoiados*), e mais o concelho foi colectado em mais 50:000\$000 réis! Isto é que são os tais *manejos políticos (apoiados)*; porque se aquela terra estivesse no estado em que querem mostrar que ela estava, de certo que não era uma força daquelas que entrava em Guimarães, nem mesmo quinhentos homens ou mil.

O sr. Ministro da Fazenda (Lobo de Ávila): Cumpre-me declarar, por parte do governo, que estão tomadas todas as medidas necessárias para manter o sossego e a ordem pública. A estas horas já estará no Minho uma força importante, tanto de infantaria como de cavalaria, para reprimir os tumultos, para manter a ordem; e ainda maior força se encontrará naquela província. (...)

O sr. Ministro do Reino (A. Braancamp): (...) A respeito da necessidade de que em Guimarães exista um corpo permanente, direi que ou em Guimarães, ou fora dali, na província do Minho, hão-de, dentro em pouco tempo, existir as forças necessárias para reprimir os motins.

Sessão da Câmara dos Deputados de 5 de Maio, in *Diário de Lisboa*, 102, 7 de Maio de 1862

6 de Maio, terça-feira

Continua a chover, impedindo a realização da feira de Braga.

Eclodiu um motim popular em Vila Verde.

Amotinados das partes de Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Barcelos aproximam-se de Braga. Forças do RI-6 ocupam as principais entradas da cidade. Os sinos tocam a rebate desde o Bom Jesus até à Falperra. De Guimarães, duzentos homens armados avançam sobre Santa Tecla em direcção ao Bom Jesus.

Chegam à Póvoa de Lanhoso cinquenta baionetas do RI-9, de Lamego.

Consta que saíram de Lisboa e desembarcaram nesta data no Porto as forças do RI-16. Esperam-se no Minho reforços da 2.^a e 3.^a divisões militares. Partem de Lisboa para o Porto o RI-10, os Caçadores 2 e um parque de artilharia.

Em Barcelos, populares dirigem-se à casa de administração exigindo a devolução das armas confiscadas nos tumultos de domingo. Os sinos tocam a rebate nas freguesias de além Cávado. A Câmara divulga uma proclamação aos habitantes do concelho, apelando à tranquilidade pública e anunciando que a tropa iria retirar:

HABITANTES DO CONCELHO DE BARCELOS:

Reconhecidos ao acolhimento benévolo que temos encontrado no povo deste concelho; convencidos de que nenhum outro motivo os tem conduzido nestes últimos dias se não o de fazer chegar ao conhecimento do governo te sua majestade as suas representações; testemunhas do modo como fraternizou ontem com a força militar estacionada nesta vila; temos informado de tudo as autoridades superiores e a força militar vai recolher ao corpo.

Habitantes do concelho de Barcelos! O sossego e a tranquilidade pública ficam de ora avante confiados ao vosso patriotismo!

Ao governo de sua majestade têm sido dirigidas, e continuarão a sê-lo, as representações convenientes em que se expõem as circunstâncias especiais deste concelho.

Aguardai tranquilos o resultado, e justificai pela vossa prudência e moderação a justiça que vos assiste!

Barcelos, 6 de Maio de 1862.

O Administrador do concelho, António Mendanha Arriscado.

O presidente da Câmara, António do Rego de Faria Barbosa.

O Juiz de Direito, Manuel de Freitas Costa.

O Delegado do Procurador Régio, José Maria Rodrigues de Carvalho.

in *O Bracarense*, n.º 710, VII ano, 9 de Maio 1862

6 de Maio, terça-feira

O tesoureiro da Irmandade de N. S. do Rosário, de Guimarães, Manuel Joaquim de Almeida, publica no *Vimaranense* deste dia uma nota em que afirma:

"Tendo-se espalhado nesta cidade que as matrizes prediais foram encerradas na irmandade de N. S. do Rosário, de que sou actualmente tesoureiro, declaro do modo mais solene que não é isso verdade, e nem mesmo estava nesta terra no dia em que entrou aqui o povo armado, mas sim na cidade do Porto."

7 de Maio, quarta-feira

Reuniram-se as gentes das aldeias circunvizinhas de Braga, com realce para os que se juntaram para os lados das Taipas, pelo seu número. Lançaram-se gritos contra os tributos, os pesos novos e o ministério. Cerca de cinquenta homens armados das aldeias do sul de Braga, tentaram invadir a cidade, avançando até à entrada da rua de Água. O administrador do Concelho e o delegado do Tesouro tentaram convencê-los à retirada, sem resultados. Os revoltosos, atacados por três pelotões do 6, participam num tiroteio que vai desde S. João da Ponte até ao Picoto. Uma criança de três anos resultou mortalmente ferida nestes incidentes.

Na Póvoa de Lanhoso receiam-se tumultos. O povo armado e em grande número invade a vila, manifestando-se contra uma sindicância que se movia contra os participantes nos primeiros motins. Exigiam o processo da inquirição, que não lhes foi entregue. Após terem lançado gritos contra os tributos e dado vivas ao rei e à tropa, retiraram.

Em Amares os sinos tocaram a rebate. O mesmo sucedeu em Nine, Santa Eulália e Arnosó, freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Em Monção e Melgaço circulam boatos. Procura-se pólvora por todo o lado e, entre os homens dos campos, movimentam-se agitadores convidando o povo a revoltar-se.

Há grande agitação nos Arcos, Barca e Ponte de Lima. Para lá se dirige, ida de Viana do Castelo, uma força de quarenta baionetas. Às 17 horas reúnem-se na praça do Pelourinho, na Covilhã, mais de oitocentas pessoas que clamavam contra a exacção fiscal. Para as deter foi enviada para ali uma força do RI-12, que não os conseguiu impedir de se dirigirem à casa da administração da Fazenda, onde queimaram papéis de impostos antigos. Posteriormente, junto à casa da administração, cerca de duas mil pessoas, algumas delas armadas, exigiram o resto dos papéis para lhes darem o mesmo tratamento. Cerca das 21 horas fazem-se rebentar foguetes, a chamar o povo a concentrar-se junto à casa do escrivão da Fazenda, onde acabam por queimar as "papeletas" da contribuição industrial. Dispersaram cerca das 23 horas.

Na madrugada apareceram em Guimarães proclamações apelando à revolta popular:

Não apoiamos a revolução; mal dizemo-la, porque traz consigo a dor e o luto ao seio das famílias; destrói, como o vento do deserto, fortunas e homens, exaure os cofres públicos e dá lugar a vinganças, mas o jugo que nos oprime é demasiadamente oneroso.

Abaixo com as novas contribuições.

in *O Raio*, n.º 126, 7/7/1862

8 de Maio de 1862, quinta-feira

Durante a madrugada, são afixadas em Guimarães proclamações incitando o povo à revolta.

Populares invadem a vila de Amares, queimando diversos papéis, entre os quais se contavam as matrizes dos impostos que estavam enterradas na casa do escrivão da Fazenda, que fugiu. O administrador do concelho fez o mesmo.

Ao desfazer da feira, em Barcelos, os lavradores reúnem-se, aos magotes. Só à noite é que dispersam.

9 de Maio de 1862, sexta-feira

Pronunciamento popular em Amares. Reina grande agitação em toda a margem esquerda do Cávado, até à Póvoa de Lanhoso.

Mais de 100 dos praças do Batalhão de Caçadores 9 de Lamego, estacionadas em Guimarães, dirigem-se para Famalicão. Em Guimarães ficam 40 soldados daquela Batalhão.

○ Barão de Palme toma posse do comando Militar da 4.^a região.

É divulgada uma pastoral do arcebispo de Braga concitando o povo a manter a ordem pública.

"Os representantes do Minho, sempre zelosos pelos interesses desta bela e rica província, já levantaram a sua voz no parlamento; já aí pediram que se empregassem os meios convenientes para reparar as injustiças dos delegados da Fazenda, para tornar suave o que era vexatório e equitativo o que era desproporcionado.

Deviam pois os revoltosos aquietar-se e esperar que o remédio lhes chegasse. Deviam entregar a solução deste negócio aos seus zelosos representantes."

in *O Diário do Povo*, n.º 105, 9 de Maio 1862

Até aqui o povo procurava os escrivães da Fazenda; olhou hoje as coisas mais de perto, afrontou-se com o seu verdadeiro inimigo e gritou: Abaixo o ministério.

Acertou bem o tiro do povo e agora as posições estão perfeitamente definidas. O povo quer justiça contra as arbitrariedades, as tratantadas fiscais —Vós teimais em mantê-las na sua escandalosa hediondez!

É incrível que os destinos do país estejam em semelhantes mãos; que nem as aparências se salvem e que tão descaradamente se atente contra os mais santos princípios da justiça!

Aonde isto irá parar?

in *O Vimeirense*, n.º 6, 1.º ano, 9 de Maio de 1862

10 de Maio, sábado

A Câmara de Guimarães dirige duas representações ao rei, pedindo a fixação na cidade de um corpo de tropa permanente e a reforma das matrizes prediais e industriais.

Em Famalicão espera-se a todo o momento a invasão da vila pelos amotinados. Os sinos continuam a rebate em Nine, Santa Eulália e Arnoso, sem qualquer resposta.

Na Póvoa de Lanhoso os populares voltam a reunir-se para exigirem que lhes seja entregue o processo da sindicância. Ao princípio da noite parte de Braga para aquele concelho uma força do 6.

Recolhe a Viana a força do RI-3 que tinha saído para pacificar as gentes dos Arcos, Barca e Ponte de Lima. Chegam a Braga cerca cem baionetas do RI-13. Chegou ao Porto, a bordo de fragata Bartolomeu Dias, o Regimento de Infantaria n.º 10.

O governador civil de Braga divulga uma proclamação aos habitantes do distrito incitando-os à ordem e ao acatamento de autoridade estabelecida.

HABITANTES DO DISTRITO DE BRAGA:

A ordem pública tem sido alterada em alguns concelhos deste distrito.

Instigações malévolas de quem pretende aproveitar-se de agitação popular e sacrificar a seus intuítos a segurança

individual e a propriedade de seus concidadãos, tem calado nos ânimos menos esclarecidos e desvariado alguns incautos, a ponto de se darem as ocorrências que sabeis.

As pessoas sisudas de todas as cores políticas reprovam aberta e unanimemente estes tumultos e motins, que nunca podem ser proveitosos à causa popular. Infelizmente bem nos mostra a história de todas as épocas que é sempre a nação que tem a deplorar as consequências funestas das revoluções; e que as avultadas despesas que elas nos trazem, aumentando a dívida pública, vêm onerar consequentemente e sucessivamente as condições de todos os contribuintes e afectar as fortunas dos particulares.

Habitantes do distrito de Braga: que pedis? — que pretendeis?

Julgais-vos vexados pelas novas leis tributárias? — Tendes no parlamento os vossos representantes, que não descaram vossos interesses; mas atendei a que os tributos são indispensáveis para que possais gozar os benefícios da civilização — os melhoramentos materiais — as estradas e os caminhos-de-ferro, que tanto interessam ao comércio e à agricultura.

Quereis a justa distribuição do imposto? — Tendes razão: e assim deve ser. São esses os desejos de nós todos.

Se a lei tem defeitos, oportuna é a ocasião de remediá-los. — E os homens que mereceram a confiança de S. MAJESTADE EL-REI O SENHOR D. LUÍS I e que, com os ministros da coroa, dirigem o leme do Estado, tanto têm mostrado que desejam o vosso bem-estar que, no pouco tempo de sua administração, já apresentaram medidas importantes, as quais, modificando a lei, se destinam principalmente a beneficiar as classes menos abastadas da sociedade.

Esperai, e podereis avaliar os favoráveis resultados dessas novas medidas propostas que, com o auxílio dos vossos representantes brevemente serão traduzidas em benefícios reais.

Queixais-vos da execução da lei? — Podeis reclamar perante o governo de quaisquer autoridades, empregados ou corporações que porventura exorbitassem; e se vossas reclamações forem fundamentadas na justiça; se a favor delas militarem razões de equidade, não duvideis de que sejam atendidas vossas súplicas nas Estâncias Superiores do Estado.

Povos das freguesias rurais, que deixastes vossos domicílios, vossas famílias, os vossos misteres e ocupações quotidianas com que adquiris os meios de sustentação daquelas, porque outros mal intencionados abusaram da vossa boa fé, voltai aos vossos lares, não comprometais o vosso futuro e de vossos inocentes filhos.

Querem iludir-vos dizendo-vos que pesam tributos sobre o gado que empregais na agricultura — nos salários de vossos criados e em muitos outros artigos que a lei tributária não compreende, nem por certo compreenderá jamais; são falsidades propaladas adrede pelos instigadores de má fé, para vos aliciem em seu exclusivo proveito os às suas mesquinhas vinganças.

Habitantes do distrito de Braga: tenho recomendado às autoridades locais o emprego de meios brandos e suasórios para que vos compenetreis de que o vosso principal interesse é manter a ordem e não alterá-la; e que vos atendam sempre em toda a reclamação legal, quando fordes lesados.

E a vós — é o meu dever aconselhar-vos que só useis desses meios, que a lei autoriza, e não vos aventureis a tentativas sediciosas que, além de serem contraproducentes, terão de ser rigorosamente reprimidas pela força armada que, sob as ordens digno General Barão de Palme, ontem chegado a esta cidade, saberá manter com firmeza a ordem pública.

Oxalá que o emprego da força nunca seja necessário: e assim o espero porque conheço a cordura e bom

carácter da maior parte dos habitantes deste distrito, entre os quais muito me honro de ter nascido

Não é pois só como governador civil, mas como vosso conterrâneo e verdadeiro amigo, que levanto minha débil voz para que não queirais acender de novo o facho das guerras civis.

Lembraí-vos de quantas desgraças e incalculáveis prejuízos elas nos têm trazido e de que ainda hoje lhes estamos sofrendo as consequências.

Habitantes do distrito de Braga: não queirais exacerbar a nossa sorte e dar ao país o funesto exemplo de desordens que podem conduzir-vos à dissolução e à anarquia.

Não queirais magoar o coração magnânimo do nosso Augusto Monarca, que não poderá ver sem profundo desgosto a alucinação do povo que tão extremosamente ama e cuja felicidade é o Seu mais ardente desejo.

Braga, 10 de Maio de 1862

O GOVERNADOR CIVIL

Francisco de Campos de Azevedo Soares.

in *O Bracarense*, n.º 711, ano VII, 12 de Maio 1862

Já se derrama sangue.

Estamos sobre a cratera de um vulcão que pode engolir-nos. Ao governo cumpre agora mais que nunca ser forte e prudente. No modo de empregar a força está a solução desta crise gravíssima.

A história de mil oitocentos e quarenta e seis está aberta a todos.

in *A Voz do Minho*, n.º 105, 10 de Maio 1862

11 de Maio, domingo

Tocam os sinos a rebate na Póvoa de Lanhoso e aldeias das vizinhanças. Reuniu-se algum povo que se dirigiu em direcção a Vieira do Minho, com a intenção de, na volta, invadirem Basto, Fafe e Guimarães. Estes intentos não se chegaram a concretizar:

"Os ministros históricos são os que mais se têm avantajado: nos desperdícios e no aumento do tributo; porque depois de se abraçarem com as medidas esfoladoras como as crianças cegas pela fome se atacam com as tetas para mamarem — depois de atraíçoarem os 50 mil petiçãoários que os levaram ao poder — depois de abjurarem a bandeira, trocando a das economias pela do poder e deve pagar mais — depois de aniquilarem o exército, para o qual todavia continuam a exigir-nos 3 mil contos — depois de comerem os bens das freiras e cabidos, ainda veio o sr: Ávila grande pedir-nos os bens das irmandades e confrarias, o sr: Ávila pequeno o aumento de 340 contos de tributo sobre a propriedade, e o sr: capitão Mendes uma pitada de 7 contos para empregar 32 afillados na secretaria da Marinha!"

in *O Bracarense*, n.º 711, ano VII, 12 de Maio 1862.

12 de Maio, segunda-feira

Na Covilhã nota-se grande agitação entre o povo. Para ali se dirigem duas forças de duzentos soldados, uma da Guarda e a outra de Castelo Branco.

No Soajo, freguesia do concelho dos Arcos de Valdevez, o novo reuniu-se para marchar para a sede do concelho, do que foi dissuadido pelo arcipreste e pelo secretário da câmara, que lhe saíram ao caminho.

"Na Beira e no Algarve está o povo em grande agitação, segundo os jornais do correio de hoje, é quase irremediável o pronunciamento como no Minho."

in *O Bracarense*, n.º 712, ano VII, 14 de Maio 1662

Pelas 15 horas, entraram em Vieira do Minho cerca de oitocentos paisanos armados assaltaram a casa da câmara, administração e repartição da fazenda, por arrombamento. Lançaram papéis para a rua, que queimaram, e inutilizaram os novos pesos e medidas. A fogueira em que arderam os papéis foi saudada com salvas de tiros, vivas e gritos contra o ministério.

Correm notícias de que em Vila Real se deu levantamento idêntico ao da Covilhã.

LISBOA, 12 de MAIO

As participações telegráficas continuam a ser favoráveis, dando como restabelecida a ordem pública nos distritos do norte e no de Castelo Branco.

Na freguesia de Soajo, Concelho de Arcos, o povo levantou-se e quis marchar para aquela vila, porém saindo-lhe ao caminho o arcipreste e o secretário da Câmara Municipal, estes empregados dissuadiram os amotinados, e conseguiram que eles regressassem para a sua freguesia, ficando todo o concelho em sossego.

in *Diário de Lisboa*, n.º 107, de 13 de Maio de 1862

O sr. Plácido de Abreu: (...) Agora cai a propósito falar dos acontecimentos que se estão passando no Minho. Devo declarar a v. ex.^a e à câmara, alto e bom som, que eu, como representante da província do Minho, reprove e condeno os motins que ali se têm apresentado ultimamente, e condeno-os, porque aqueles povos têm aqui os seus representantes para poderem fazer as suas reclamações, e porque nós estamos prontos a fazer essas reclamações, e a defendê-las perante o governo quando for necessário.

Devo dizer que o que se apresenta não são motins propriamente do povo, protesto contra essa ideia, são uns indivíduos, que geralmente não pertencem à província, e andam de terra em terra tocando os sinos, e obrigando à força os povos da província a amotinarem-se.

Se as autoridades que ali estão tivessem feito como o administrador do concelho dos Arcos, não aconteceria o que se está vendo.

Foi um indivíduo destes à freguesia de Soajo. Depois de chegar disse ele a alguns indivíduos do povo: "A província do Minho está toda amotinada, vamos também fazer motim". Os homens do povo que estavam presentes ficaram a olhar para ele, e perguntaram-lhe qual era a razão. "É porque é necessário deitar abaixo as novas contribuições e os novos pesos e medidas", a que alguns chamam *sapinhos*. Os homens ainda não estavam resolvidos, e como pressentiu isso acrescentou: "Mas eu trago aqui 3:000\$000 réis para distribuir por vocês". Enfim tocaram os sinos nessa noite, e ficaram com a ideia de continuarem no dia seguinte, mas de manhã cedo já lá estava a autoridade administrativa dos Arcos (que tem a confiança

dos povos, os quais respeitam a autoridade benéfica e paternal), e o resultado foi que o tal indivíduo que lá tinha ido esgueirou-se imediatamente, e aqueles povos ficaram perfeitamente sossegados.

No dia 3, que é a feira da vila dos Arcos, trataram os agentes do motim de ver se amotinavam o povo, e a autoridade administrativa mandou agarrar um indivíduo dos tais que iam promover a desordem e ferrou com ele na cadeia, e tudo ficou tranquilo. Nós sabemos perfeitamente que os indivíduos que promoveram as desordens e os motins em Guimarães e na Póvoa andam de localidade em localidade para conseguir aquele grande fim, e até têm fogo, inclusivamente, aos lavradores pacíficos que trabalhavam nas suas terras, para os obrigarem a acompanhar os tumultuosos. Este é que é o facto.

Eu tenho muito sentimento de não ver presente nenhum dos srs. ministros, mas eu peço ao sr. ministro da guerra que tome providências, não para acabar os tumultos, que na verdade não existem, mas para dar segurança aos lavradores e proprietários da província (*apoiados*) para isso é que eu peço a acção do governo, e peço que mande colocar uma respeitável força militar nos pontos mais capitais da província.

Sessão da Câmara dos Deputados de 12 de Maio, in *Diário de Lisboa*, 108, 14 de Maio de 1862

13 de Maio, terça-feira

Por altura do mercado do Fundão rebentou um levantamento que pôs em retirada um destacamento de vinte praças que ali prestava serviço.

"Vamos ao Minho. O povo de lá é um selvagem — porque lançou à fogueira as matrizes, porque desacatou as autoridades, porque fatiou a metrologia, porque deu vivas aos padres, porque...

Lá, no Minho, a mulher deixa a roça e sopesa a arma. A mulher de lá não é a mulher do século, a mulher livre, a mulher emancipada, a mulher doutora, a romântica, a mulher evangelizadora do progresso. Nada. É a mulher do lar. A mulher das revoltas. A mulher que não sabe ler: A mulher revolucionária. A mulher-canhão. A mulher desordeira!

Calai-vos, tolos; calai-vos homens-cifras; calai-vos homens-ouro. O Minho que se alevantou do seu berço de paz e sossego não merece os vossos insultos. Sois injustos, porque sois lógicos. Vazar no molde do rigorismo algébrico as "nuanças" do povo, almejar reduzir a uma fiada de fórmulas todo esse movimento, que sempre ladeia uma província ou uma individualidade, agarrar ao eixo da metafísica essa imensa chama denominada "liberdade" é o mesmo que cobrir dum crepe espesso o disco do Sol ou amordaçar o pelicano para que não rasgue o peito.

Ide ao Minho, indagai, apalpai o pulso da provincial, colai os ouvidos nos olhos da família, ide lá e então sentireis toda aquela alma filiforme porque... lhe faltou o estômago."

in *O Minho*, n.º 10, 1.º ano, 15 de Maio 1862.

14 de Maio, quarta-feira

Em Chaves, é dia de feira. Rebentam tumultos no largo do Arrabalde. Os incidentes entre a tropa e o povo, que tiveram como resultado ferimentos em cinquenta pessoas, foram provocados por um coronel, que bateu em populares com um chicote. O povo estava desarmado. A povoação começou a ser patrulhada durante a noite.

Entrou em Fafe uma força do 9.

Um destacamento do RI-6 chegou a Barcelos para assegurar a guarnição da vila.

A força do 3 e do 9 que estava na Póvoa de Lanhoso dirige-se para Braga, sendo rendida por sessenta baionetas do RI-10.

15 de Maio, quinta-feira

A situação apresenta-se relativamente calma em Braga e seus arredores.

As proclamações do governador civil aparecem conspurcadas com imundícies. Por seu turno, a pastoral do arcebispo começa a surtir efeito desmobilizador no meio rural. Os homens do campo dizem que não se voltam a meter em levantamentos por temerem a excomunhão.

Nos concelhos de Celorico, Cabeceiras, Fafe e Famalicão nota-se alguma agitação, sem que se produzam desordens. O RI-9 marcha para Guimarães, com música e bagagens. O RI-10 entrou em Guimarães, dizendo-se que se dirigiria para Basto, onde se vive um ambiente agitado.

16 de Maio, sexta-feira

Entrou em Braga um destacamento do 9, que estivera em Guimarães.

17 de Maio, sábado

Em Barcelos reina o sossego. A Câmara enviou uma petição ao governo para que sejam atendidas as reivindicações da população do concelho. Continua estacionada nesta vila uma força do RI-16. Nesta vila, correm notícias de que Esposende estaria na eminência de ser invadida pelo povo das aldeias vizinhas.

A câmara de Guimarães divulga uma petição às autoridades supremas do reino para que sejam reformadas as matrizes prediais e industriais. Parte do RI-10 prepara-se para marchar para Basto.

Nesta data encontra-se na Póvoa de Lanhoso uma força de 80 baionetas do RI-10; em Amares a guarnição é garantida por um destacamento do 6; nos Arcos estão 110 praças do RI-13.

Em Lamego, à noite, juntam-se pequenos grupos de populares no Rossio, procurando o escrivão da fazenda.

No Porto, dois bêbados dão vivas à *Maria Bernarda*, acabando por ser presos, gerando-se distúrbios.

O Barão de Palme, comandante da 4.^a região militar, divulga uma proclamação dirigida aos habitantes do Minho.

HABITANTES DA PROVÍNCIA DO MINHO:

Encarregado pelo governo de SUA MAJESTADE do comando da 4.^a divisão militar, o meu primeiro dever, nas actuais circunstâncias, é felicitar-vos pela indignação geral que vos tem causado a temporária perturbação do sossego público em alguns pontos desta província. Nem era de esperar que vísseis com indiferença o baldado empenho em que alguns poucos mas atrevidos agitadores têm querido manchar as gloriosas tradições do berço da monarquia portuguesa. Vejo com a maior satisfação que muito tendes adiantado na estrada da civilização, e que não vos esqueceis de que esta província cortada em todas as direcções por novas vias de comunicação, tendo sido constantemente a filha predilecta de todos os governos, deve ser a primeira em acatar as leis, e em respeitar os princípios em que se baseiam as sociedades

modernas. Assim como confio nas vossas virtudes, no vosso patriotismo, confiai, eu vo-lo peço, na dedicação e desvelo com que hei-de proteger as vossas vidas e as vossas propriedades; confiai no meu zelo em garantir o respeito devido às leis; confiai finalmente em que hei-de ser inexorável com os tumultuários, sufocando, se tanto for preciso, os sentimentos do meu coração para unicamente me lembrar dos meus deveres de soldado: esta recíproca confiança bem depressa fará desistir dos seus tenebrosos planos os que conspiram contra a vossa prosperidade.

Habitantes da província Minho, levantai um clamor uníssono duma a outra extremidade desta nobre terra, que faça estremecer os perversos que ousaram sair dos seus latíbulos convidando-vos à sedição, instigando-vos à revolta: bradai comigo

Viva S. M. EL-REI O SENHOR D. LUÍS I.
Viva a Carta Constitucional da Monarquia!
Quartel-general em Braga, 17 de Maio de 1862.
Barão de Palme.

18 de Maio, domingo

Chega a Guimarães o Regimento de Infantaria n.º 10 com a missão de estancar a revolta popular.

Em Lamego, às três horas da tarde, os sinos tocam a rebate. O povo junta-se num motim, lançando os gritos que ecoaram no Minho. O administrador pede reforços militares. Produzem-se duas cargas da tropa contra o povo, gerando-se cenas de violência em que correu sangue. Acabaram por dispersar sem que concretizassem os seus intentos: queimar as matrizes dos tributos.

O povo de Chaves volta a levantar-se, procurando o ajuste de contas com os militares responsáveis pelos incidentes do dia 14. Em seu socorro vem a força militar que estava em Mirandela, mal ali se extinguem os tumultos.

Consta que terá rebentado um motim em Vila Real. A agitação popular continua a fazer-se sentir em Amarante.

Em Amares continua a viver-se em clima de sedição. O povo agita-se na feira do Pico. Um destacamento de Caçadores 9 e do RI-5, acompanhado pelo administrador do concelho, que estava em Braga, dirige-se para a vila, dizendo-se que ia prender o alferes da igreja de Goães. Geraram-se tumultos. Cerca do meio-dia, saiu de Braga um esquadrão de cavalaria em direcção à Feira Nova onde se geram escaramuças, de que resultam mortos e feridos entre os populares.

Continua grande agitação em Terras de Bouro.

Parte de Barcelos para Braga e força militar que ali se encontrava de guarnição, sendo rendida por um destacamento de 150 homens do RI-9.

À noite, no Porto, realiza-se um ajuntamento de populares no largo da Câmara, Na sua maior parte operários, aqueles homens dão vivas à *Maria Bernarda*, lançando gritos contra os nove pesos e medidas. Ali acorreram soldados da guarda municipal, sendo preso um dos cabeças da reunião. O povo tenta libertá-lo, patenteando intenções de assaltar o posto da guarda onde estava detido. Os soldados, de baionetas aperradas, impediram-lhes a concretização dos seus intentos. O largo da Câmara ficou guardado pela tropa durante toda a noite.

Alguns jornais da situação e o próprio ministério pretenderam lançar às costas da oposição a culpa dos tumultos populares do Minho. Falaram em especulação política, em instigadores, em agentes secretos e agitadores do povo: um

ministro chegou mesmo a dizer que esses agitadores eram os que levantavam a voz para estigmatizar os erros e abusos dos empregados da fazenda e do governo na importantíssima questão das contribuições; e um deputado ministerial, para fazer resvalar dos seus sobre os contrários o golpe certo que a tribuna e a imprensa descarregavam sobre os ministros e seus agentes, como provocadores da revolta pelos abusos cometidos na repartição do tributo, pretendeu deitar a culpa às leis da iniciativa do sr. Casal Ribeiro, que tinham sido recebidas pelo país como experiência e contra as quais não se revoltaria o povo se os executores delas as não tornassem amargas e intoleráveis.

in *O Bracarense*, n.º 714, ano VII, 19 de Maio 1682.

19 de Maio, segunda-feira

Na Feira Nova (Amares), há fogo do povo contra a força para ali destacada com a missão de sindicar e prender os promotores dos motins. Sem munições, a tropa acaba por recolher, sendo substituída por duzentas baionetas. Estas são recebidas a tiro, resultando do confronto seis mortos entre os populares.

Os sinos tocam a rebate em Vila Verde, Amares, margens do Cávado, Terras de Bouro, Vieira do Minho, encostas do Gerês, arrabaldes das Taipas e Póvoa Lanhoso. Em Cabeceiras de Basto reina o sossego. O mesmo sucede na Covilhã.

Em Terras de Bouro os amotinados batem-se contra a força do 3 e do 9 que ali se encontra. De Guimarães avançam para Amares cerca de 350 homens do RI-10, com música e bandeiras (os soldados partiram descontentes, por terem acabado de chegar da Póvoa de Lanhoso). Saiu de Braga, com o mesmo destino, um destacamento de cavalaria, sendo recebido a tiro na Ponte Porto, marchando sob fogo até à Feira Nova, sendo abatido pelos populares o cavalo do comandante. Pela tarde, este destacamento regressou a Braga. Em Goães o fogo rompeu entre o povo e parte da tropa destacada em Amares, resultando daí alguns ferimentos entre a gente do povo e a morte do caseiro do abade da paróquia. A tropa foi obrigada a bater em retirada até à Feira Nova.

LISBOA, 19 DE MAIO

Em Castelo Branco por ocasião do mercado houve alguma agitação. Alguns turbulentos quiseram opor-se ao pagamento dos impostos indirectos municipais, e começaram a arremessar pedradas contra os soldados encarregados da polícia; mas a tropa sob o comando do coronel de cavalaria n.º 8 facilmente reprimiu o tumulto, prendendo alguns dos amotinados.

Às 11 horas do dia a ordem estava restabelecida, e o mercado continuou em sossego.

Do distrito de Braga dizem que alguns sediciosos entraram no concelho de Terras de Bouro, e aí queimaram alguns papéis de pouca importância da repartição de fazenda. Um pequeno destacamento foi acometido pelos amotinados, os quais dispararam alguns tiros contra a tropa. O destacamento foi logo mandado reforçar, a fim de manter a tranquilidade pública.

Nos arredores da cidade de Lamego reuniram-se ontem 18, pelas 5 da tarde, uns 500 indivíduos sem armas, pedindo a diminuição dos tributos e demissão do escrivão da fazenda. O administrador do concelho, dirigindo-se para eles, conseguiu que grande número voltasse para suas casas, combinando em dirigir aos poderes competentes uma representação por escrito; 200 homens ainda entraram na cidade gritando que se queimassem matrizes; mas aparecendo a força militar dispersaram sem que fosse necessário empregar meios violentos.

Em Trás-os-Montes não houve alteração da tranquilidade pública, e de todos os mais distritos do reino consta que igualmente que se conserva em sossego.

in *Diário de Lisboa*, n.º 113, 20 de Maio de 1862

20 de Maio, terça-feira

Os amotinados reúnem-se em diversos pontos de Amares, esperando-se que a eles se juntem os de Terras de Bouro. Os sinos continuam a dobrar-se a rebate em ambas as margens do Cávado. Rompe fogo em S. João de Rei contra o RI-10. Os seus soldados, que acabavam de chegar de Amares, "estropiados e desesperados" pelas marchas sucessivas, concentram-se na Feira Nova. A força do 3 prepara-se para regressar a Braga.

Os sinos tocam a rebate em Vizela e vizinhança. O povo, encabeçado pelo Salgado de Pardelhas, planeia assaltar o aquartelamento da tropa de Guimarães, a fim de lhe subtrair a sua reserva de pólvora. Os poucos soldados que tinham ficado de guarnição à cidade colocam a pólvora em armazém, fechando-se com ela. O assalto ao quartel não chega a efectuar-se.

Em Barcelos tocam a rebate os sinos das freguesias de S. Romão, Lama, Oliveira, S. Vicente de Areia e Alheira. À excepção desta última, de todas elas sai muito povo, que se dirige para Amares.

Em Boticas há receio de tumultos. O administrador do concelho pede em Chaves o apoio da força militar. Cerca das 14 horas, quando perto de trezentos homens armados dão entrada em Boticas, começam os tumultos.

Por aqui as crianças já cantam: viva o snr. D. Luís I, os tributos abaixo, morra o marquês de Loulé; e alguns dizem o marquês de Laré; o que lhe posso asseverar é que enquanto os ministros se não demitirem não temos sossego. (...)
 (...) O fogo entre a tropa e o povo tem continuado desde as 9 horas da manhã até às 5 da tarde; os sinos continuam a tocar a rebate: estamos em crise tremenda!

in *O Raio*, n.º 130, 21 de Maio 1862

21 de Maio, quarta-feira

Em Guimarães, ignorando o descontentamento popular, a fazenda procede a penhoras. Chegou a esta cidade um destacamento de duzentos homens do RI-5.

Em Vila Real, Guarda e Castelo Branco rebentam motins conduzidos pelos mesmos gritos que se escutam nas manifestações populares do Minho.

Em Amares continuam os confrontos do povo com a tropa.

Foi reconhecido e preso um desertor do 5 que se passara para as fileiras da revolta e que andava entre os militares tentando saber para onde se dirigiam.

O *Diário do Povo* dá notícia de escaramuças que rebentaram em S. João de Ponte entre os amotinados e a tropa, de que resultou a morte de uma criança, varada por um tiro.

As autoridades de Braga deram ordens para que fossem mandados prender os cabecilhas dos motins.

TUMULTOS

Na bela província do Minho chama o campanário os povos à revolta.

Novos tumultos, novos excessos, novas inquietações por causa da imprudência de um governo estouvado e demasiadamente ambicioso, por causa das suas autoridades administrativas e militares e empregados da fazenda. O distrito de Braga estava já todo sossegado. Os esforços das pessoas influentes e do prelado muito principalmente, deram em resultado o sossego público e a esperança bem lisonjeira de que a tranquilidade não seria novamente alterada. Mas não tardaram os ânimos novamente: já se exercia a vingança, já se ameaçava! julgam-se fortes com um regimento de infantaria; mas o povo não teme força, não cede a ela, se pára é por sua própria conveniência e por compromissos com as pessoas que lhe devem confiança e que lhe solicitam aquietação.

in *O Diário do Povo*, n.º 115, 22 de Maio 1862

LISBOA, 21 DE MAIO

As notícias chegadas dos distritos do reino declaram que o sossego público não foi perturbado, a não ser no lugar da feira Nova, no distrito de Braga, aonde ontem de tarde apareceram grupos consideráveis de tumultuários; eles foram facilmente dispersados pela força militar que estava neste ponto, e retiraram desordenadamente para as suas freguesias, queixando-se de terem sido atraídos pelos instigadores.

in *Diário de Lisboa*, n.º 115, 22 de Maio de 1862.

22 de Maio, quinta-feira

No concelho de Guimarães os sinos convocam novamente o povo à rebelião nas Caldas, em Ronfe e em Brito. Os populares juntam-se para os lados das Taipas e norte da cidade, preparando-se para entrar na cidade e atacar a força do RI-10 que ainda ali permanecia. Dos cerca de duzentos homens que compunham aquela força, uma parte dirige-se para o Toural, ficando os restantes de guarnição no quartel. São notadas movimentações de paisanos desde a Madre de Deus até ao monte de S. Pedro. Perto do anoitecer, piquetes da tropa saem de Guimarães, indo 80 praças ao encontro dos populares. Depois de ter rompido fogo, os piquetes acabaram por bater em retirada em direcção ao seu aquartelamento.

Em Amares os soldados do RI-10 continuam sob fogo dos revoltosos.

Foi aprovado um decreto de revisão das matrizes dos impostos.

Cena burlesca — Segundo ouvimos, dá-se a cada passo em Braga uma cena curiosa, com uma porção de escrivães da fazenda e administradores de concelho que ali se acham refugiados. Ao menor reboliço, lá se vêm todos aqueles homens, com os cabelos eriçados e o pavor pintado no rosto, correndo as ruas, ofegantes e desvairados, como Cacos perseguidos por Hércules, até se encafuarem no Pópulo! Já o garoto não pode apedrejar o seu cão nem o apregoador levantar um pouco a voz, sem que arrisque o cidadão pacífico a abalroar com um empregado fiscal desvairado!

Um terrível sestro é o destes empregados! Nem nas audácias, nem nos terrores hão-de deixar de ser incómodos?!

in *O Vimaranesense*, n.º 111, 1.º ano, 23 de Maio 1862

LISBOA, 22 DE MAIO

Por participações telegráficas chegadas hoje consta que nos concelhos do distrito de Braga, aonde a tranquilidade havia sido alterada, se vai restabelecendo o sossego, e que alguns instigadores das desordens tinham sido capturados.

Nos outros distritos do reino a tranquilidade pública continua inalterável.

in *Diário de Lisboa*, n.º 119, 23 de Maio de 1862.

DECRETO

Artigo 1.º - São autorizadas, no corrente ano, novas reclamações e recursos por parte dos contribuintes sobre o rendimento colectável descrito nas matrizes da contribuição predial.

(...)

Paço, 22 de Maio de 1862 - REI - Joaquim Tomás Lobo de Ávila

in *Diário de Lisboa*, n.º 118, 22 de Maio de 1862.

23 de Maio, sexta-feira

Os amotinados que se movimentavam nas cercanias de Guimarães são repellidos. À noite deflagram confrontos armados com a tropa. São detectados grupos de cem a duzentos homens que, calcorreando os montes, percorrem as freguesias em busca de arregimentar gente para participar nos motins.

Em Barcelos circulam rumores que fazem constar que agitadores da freguesia de Oliveira se movimentam na tentativa de juntar homens para entrar em Barcelos e aí se dirigirem em direcção a Esposende.

Os sinos de Mire de Tibães tocam a rebate.

O RI-I retira de Amarante a pedido da vereação da respectiva Câmara.

O governo quer conservar-se por todos os modos. Aproveita-se da chicana, socorre-se de todos os paliativos, despreza as praxes constitucionais à sua ambição indómita, à sua desenfreada vaidade.

Põe o país em desordem: espalha o desgosto e a anarquia por toda a parte; e nem mesmo quando o povo exig que largue o poder o abandona.

Mas talvez se arrependa.

in *O Diário do Povo*, n.º 117, 23 de Maio 1862

Por notícias chegadas hoje de Braga consta que, em Feira Nova e nas freguesias vizinhas, há perfeito sossego. Nas Taipas e Póvoa de Lanhoso têm sido baldadas as diligências para agitar o povo, o qual não presta ouvidos aos instigadores. Nos demais concelhos do mesmo distrito havia tranquilidade.

Não consta que nas outras terras do reino a ordem tinha sido alterada.

in *Diário de Lisboa*, n.º 117, 24 de Maio de 1862.

24 de Maio, sábado

Os amotinados de Guimarães, conduzidos pelo padre José da Lage, tendo avançado pelos lados de Selho, são perseguidos pelas forças militares até grande distância, acabando por dispersar.

No Porto, a agitação faz-se sentir entre a população contribuinte. Circula a notícia de que se iriam constituir dois grupos cívicos de prevenção contra os motins, financiados pelos bancos e companhias estabelecidos na cidade.

25 de Maio, domingo

Em Amares, na freguesia de Figueiredo, são feitos disparos contra a tropa aí estacionada.

A sentinela da cadeia de Guimarães foi alvo de algumas pedradas lançadas por indivíduos que se encobriam na noite, às quais respondeu com um tiro.

LISBOA, 25 DE MAIO

No distrito de Braga não tem havido novas desordens, os povos que tentaram marchar sobre Guimarães, por saberem que o regimento n.º 10 tinha saído daquela cidade, foram postos em debandada pelo destacamento que ali se achava. Os tumultuários dispersaram, ficando apenas reunido um grupo de cinquenta e tantos indivíduos, dizem que capitaneados por um padre; marchou uma força em perseguição.

No resto do distrito e nos mais pontos do reino, pelas notícias recebidas, consta que a tranquilidade pública não tem sido alterada, e que os mercados e feiras que hoje tiveram lugar em diversas terras foram regularmente concorridos conservando-se completo sossego.

No Porto uns duzentos estudantes, por mero passatempo, percorriam na noite de sábado as ruas com música na frente; e, tendo sido advertidos pelo administrador que esta diversão poderia dar ocasião a alguma ocorrência desagradável, logo dispersaram de bom grado.

Parece que várias associações da cidade do Porto tencionam reunir-se para manifestarem os sentimentos de ordem que as animam.

in *Diário de Lisboa*, n.º 118, 26 de Maio de 1862.

26 de Maio, segunda-feira

Os sinos das vizinhanças de Guimarães não cessam de tocar a rebate. Grande número de populares vai afluindo a três grupos de concentração: o primeiro, dirigido pelo padre José da Lage, reúne-se nas Taipas; o segundo é dirigido por indivíduo chamado Gomes; o terceiro é o grupo do Salgado de Pardelhas, que se forma para os lados de Vizela. O fio eléctrico do telégrafo que liga Guimarães a Braga foi cortado em diversos pontos para impedir as comunicações. De manhã, chega a Guimarães uma força do 5. Há sinais que indicam que os populares amotinados planeiam aproximar-se da sede do distrito.

Em Braga, cerca das 23 horas, notam-se precauções militares desusadas.

Em Terras de Bouro o sossego foi restabelecido. A força do RI-10 que fazia a guarnição a este concelho partiu para Guimarães, indo os soldados descontentes com o seu comandante.

Em Amares continuam as forças do 3 e do 9 que para ali foram destacadas.

Chegou a Viana do Castelo e partiu para Braga uma força de Caçadores 7 de Valença. Em Coimbra faz-se sentir grande agitação.

LISBOA, 26 DE MAIO

(...) Um telegrama do governador civil de Braga diz o seguinte:

"Até ao presente não me consta que o sossego tenha sido alterado neste distrito, e na maior parte dele creio que o não será mais."

in *Diário de Lisboa*, n.º 119, 27 de Maio de 1862.

27 de Maio, terça-feira

Nas Taipas, um ou dois populares abrem fogo contra setenta baionetas do RI-10, dirigindo-se para ali um reforço de mais cinquenta praças.

À noite, circula em Guimarães o rumor de que teriam sido presos os condes de Vila Pouca e da Azenha, por alegado envolvimento nos levantamentos populares.

Às 19 horas partiu do Porto para Braga o Batalhão de Caçadores n.º 9, tendo como missão substituir o RI-10, que dá mostras de se ter afeiçoado à causa popular.

O Diário do Povo noticia que foi aberto novo prazo para a admissão de reclamações e a reforma das matrizes. Entretanto, o ministro da fazenda apresentou às câmaras do Parlamento uma proposta de alteração a algumas disposições respeitantes às contribuições predial, industrial e pessoal.

Anuncia-se que o governo pediu autorização para chamar a reserva do exército.

Esta rebelião é criminosa, e cumpre fazer que ela cesse, mas primeiro que tudo cumpre ao dever de Rei saber as causas que a produzem e removê-las.

Tendes a vosso lado um valido filiado nas lojas maçónicas que as leis do país não toleram, e que ele próprio escarneceu da cadeira de ministro, jactando-se de ser grão-mestre.

Tendes a vosso lado um valido rodeado de toda a escória social, frequentadores das praças e dos cafés, faminto todós de ouro, desordeiros do Rôssió, que uns esperam, outros conseguem lugares à mesa do orçamento para viverem em luxuoso ócio, para viverem à custa do suor do povo.

Tendes a vosso lado um valido que, à custa do favor do trono, e em luta com o país, se tem servido de todos os meios nefandos para perpetuar o poder na mão e enfeudar ao seu domínio um povo livre que o detesta.

Tendes a nosso lado um valido que, esgotados todos os pretextos políticos, alça hoje a mão sacrílega e arroja ao seio das famílias a luta religiosa, cujo abismo pavoroso ameaça o trono e os súbditos vossos, se desde já lhe não acudis, senhor!

Tendes a vosso lado um valido que duas vezes assassinou a representação nacional, que ele próprio escolheu e que, para assassinar terceira, que contra ele se conspira, como se há-de conspirar a quarta, escolheu para os cargos

administrativos homens impopulares, famintos uns e devasses outros, todos em luta com os povos que os conhecem e detestam (com raríssimas excepções), para em vez da lei exercerem a tirania e a prepotência, e por todos os meios de terror violentar a consciência pública. (...)

(...) Senhor, nas regiões da irresponsabilidade constitucional existem também deveres sagrados a cumprir: nas monarquias constitucionais o rei foi colocado como equilíbrio para trazer a máquina governativa à regularidade do seu movimento; e quando a mais populosa província do reino se arma, se revolta e combate contra as autoridades locais, quando estas já não podem viver entre o povo senão cercadas de baionetas, e arremessando-lhas ao peito, é certo, senhor, que a máquina rola fora dos seus eixos.

Separai de vossos concelhos um valido que o país amaldiçoa; o sangue que por causa dele este correndo deve valer para o rei muito mais que esse valido; esse sangue deve primeiro que tudo sensibilizar-vos o coração.

in *O Bracarense*, n.º 718, VII ano, 28 de Maio 1862

Os tumultos vão tomando um aspecto grave. (...)

(...) A agitação foi espontânea. Nasceu do descontentamento que se observa em todas as classes, e que se originou nos vexames tributários, na desconsideração com que se olha para os queixumes dos povos, que há muito clamam contra a lei do recrutamento, contra as malversações públicas, contra as tribunecas, contra os desperdícios, e contra essas comissões ostentosas, que todos os dias saem para o estrangeiro, sem que daí tenha resultado proveito nenhum ao país.

in *O Vimaranesense*, n.º 12, 27 de Maio de 1862

28 de Maio, quarta-feira

Os amotinados vimaranenses continuam activos. O padre José da Lage, enquanto os sinos continuam a tocar a rebate, encabeça uma força de quatrocentos homens que com a sigla "DEUS-PÁTRIA" inscrita numa bandeira que lhes serve de estandarte, pretende invadir a cidade de Guimarães e "*reduzi-la a cavacos*". O administrador do concelho convocou os regedores das freguesias a comparecerem a uma reunião; porém, nem todos compareceram. As armas da polícia foram recolhidas na casa da administração.

Retirou de Guimarães o regimento de infantaria n.º 10, que tinha chegado no dia 15. Em sua substituição chegou o Regimento de Infantaria n.º 5.

Continuam agitados os concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Terras de Bouro, o mesmo se verificando na zona das Taipas.

Do Porto partiu para o Minho o que restava naquela cidade do RI-5.

Notam-se sintomas de rebelião nos concelhos do Marco de Canaveses, Amarante e Penafiel.

Três homens montados a cavalo percorrem a rua de S. Paulo, em Aveiro, gritando vivas à *Maria Bernarda*.

O *Jornal do Porto* noticia nesta data que surgiram em Lisboa proclamações chamando o povo à revolta.

Na vila de Ferreira do Alentejo o povo lança-se em tumultos semelhantes aos do Minho. A ordem acaba por ser restabelecida.

A tropa tem repugnância de atacar o povo, porque este não a maltrata e apenas grita — abaixo os tributos — abaixo o ministério — viva a santa religião e o novo rei.

in *O Diário do Povo*, n.º 121, 28 de Maio 1862

LISBOA, 28 DE MAIO

Por notícias telegráficas recebidas hoje dos diversos governadores civis, consta que há tranquilidade em todos os distritos do reino.

in *Diário de Lisboa*, n.º 120, 28 de Maio de 1862.

29 de Maio, quinta-feira

Pelas 8 horas da manhã desta quinta-feira da Anunciação, inicia-se em Guimarães uma manifestação contra o sistema de ensino. Alguns milhares de pessoas percorrem as ruas da cidade, encabeçadas por uma cruz, dando vivas ao rei e à "santa religião" e morras ao ministro da Marinha. Os seus gritos são correspondidos pelos soldados do 5 e pelo administrador do concelho. Nas esquinas das ruas surgiram proclamações chamando a população a agir em defesa da religião. Este pronunciamento terminou pela tarde. Em Ronfe realizou-se uma manifestação com as mesmas consignas.

Na madrugada de quarta para quinta-feira partiu de Lisboa para Mafra uma força de Caçadores 2, por haver receio dos intuitos da população daquela terra.

Os operários da Cedofeita, no Porto, reuniram-se na rua da Torrinha para discutirem o aumento da quota tributária que sobre eles se abatia. A intervenção da autoridade administrativa fez com que os operários — em número de sessenta — acabassem por dispersar.

"Diz-se que o conde da Azenha e o conde de Vila Pouca são os promotores dos tumultos populares. Não se sabe a certeza."

in *O Raio*, n.º 133, 29 de Maio 1862.

30 de Maio, sexta-feira

Os operários do Porto lançam convites à população da cidade para participar numa reunião a realizar no domingo, dia 1 de Junho.

"Continua a haver tranquilidade nos diversos distritos do reino."

in *Diário de Lisboa*, n.º 121, 30 de Maio 1862.

31 de Maio, sábado

Continua a notar-se agitação entre os operários do Porto.

Em Barcelos reina o sossego. Porém, por ali continua a juntar-se pólvora e chumbo em barra em grandes quantidades. Diz-se que o Batalhão de Caçadores n.º 9, que vai render o RI-5, se dirigirá para esta vila.

O Administrador de Guimarães manda afixar um edital no qual são proibidos todos os ajuntamentos de mais de vinte pessoas.

A lei do recrutamento, que poderá ter colhido bons resultados em outras províncias, tem contribuído e contribui ainda, para a rebelião do povo desta província, aonde ela não pode vigorar sem grande sacrifício da parte da agricultura;

e o governo, quando devia gastar, ou antes empregar o tempo em reformar esta lei e em tratar de acomodar os povos, tratando por isso de economizar o que se desperdiça com os nichos de luxo, vai entreter as câmaras com a continuação dos lindos discursos sobre a questão do ensino e irmãs de caridade, nem que meia dúzia de mulheres fosse objecto preferível para se gastar com elas o tempo que se devera empregar em acudir às primeiras necessidades; e afinal a questão de mulheres serviu para mais inflamar o povo por causa dessas irreligiosidades que choveram do alto do Parnaso e companhia. É infelicidade, ou abandono de Deus.

in *O Bracarense*, n.º 720, ano VII, 2 de Junho 1862

Os históricos iludiram covardemente o povo; quando andaram a mendigar de porta em porta as assinaturas contra o governo transacto, diziam-lhe claramente, falando em contribuições: o povo não pode nem deve pagar mais; serviram-se destes e outros meios para alcançarem os seus fins, e afinal sobrecarregam-os com mais do que podem e do que devem.

in *O Raio*, n.º 135, 31 de Maio 1862.

1 de Junho, domingo

Chega a Guimarães o Batalhão de Caçadores n.º 9, comandado por José Paulino de Sá Carneiro, que vem render o n.º 5 de infantaria. Nesta cidade, aguarda-se um levantamento pacífico contra os ataques de que é alvo a Igreja.

Em Albergaria apareceram pasquins na freguesia de Louvre, incitando o povo à rebelião.

A tropa do Porto é posta em estado de alerta devido aos temores do governador civil em relação aos intuitos revolucionários dos operários portuenses.

LISBOA, 1 DE JUNHO

Pelas notícias oficiais que chegaram hoje, 1 de Junho, consta que tem continuado a manter-se a ordem em todos os distritos do reino.

As correspondências do distrito de Braga anunciam que os ânimos vão sossegando, e que alguns poucos instigadores, que ainda percorrem várias freguesias, debalde se esforçam por agitar os povos, hoje desenganados de que quaisquer tentativas tumultuárias serão reprimidas com energia, e não encontrarão apoio na parte sensata da população.

in *Diário de Lisboa*, n.º 123, 2 de Junho de 1862.

2 de Junho, segunda-feira

Continua a sentir-se, aqui e ali, o povo agitado. Em Sardoal e Maçãs são notados movimentos de tropas. Chegam ao Sardoal 56 cavalos do Batalhão de Caçadores n.º 9, partindo para Maçãs 12 cavalos e 20 soldados de Cavalaria 6 (notícias publicadas nesta data no *Diário do Povo*).

Em Abrantes ficam apenas 24 soldados de cavalaria e 25 do RI-I. Os doentes e enfermeiros do hospital militar recebem ordens para se manterem armados.

Continua a registar-se a mesma agitação, mas o povo não recorre aos meios tumultuosos, queixa-se um ao

outro, lamenta a sua sorte e declara que não pagará, e que repeliará a ferro e fogo os empregados do fisco que lhe forem pedir o dinheiro.

in *O Diário do Povo*, n.º 124, 2 de Junho 1862.

LISBOA, 2 DE JUNHO

Os telegramas chegados hoje, 2 de Junho, participam que a tranquilidade pública não tem sido alterada em nenhum dos distritos do reino.

in *Diário de Lisboa*, n.º 124, 3 de Junho de 1862.

3 de Junho, terça-feira

Às 16 horas, quatrocentos populares, na sua maioria de Castro Laboreiro, Peneda e Soajo, invadem a vila de Monção. O escrivão da fazenda e o recebedor do concelho fogem para Espanha. Os homens do povo acabaram por abandonar a vila ao anoitecer; sem que se tenham gerado confrontações. Chegam a Valença cinquenta baionetas do RI-3, partindo para Monção cerca das 19 horas, onde ficarão até serem rendidas por igual força do RI-5.

A imprensa dá conta de que em Melgaço teriam sucedido acontecimentos idênticos aos de Monção.

LISBOA, 3 DE JUNHO

O governador civil de Viana dá parte que à freguesia de Soajo viera um indivíduo de Monção, que em seguida tocaram os sinos a rebato, juntando-se alguma gente, que marchou não se sabe ao certo se para Monção se para Melgaço.

A mencionada autoridade tinha, de acordo com o comandante da respectiva divisão militar, dado as providências, fazendo partir tropa para vários pontos, a fim de evitar que a desordem prosseguisse.

Nos outros distritos do reino a tranquilidade pública continua inalterável.

in *Diário de Lisboa*, n.º 125, 4 de Junho de 1862.

4 de Junho, quarta-feira

Em Aveiro, apareceram pasquins insurreccionais que se fizeram acompanhar por boatos que diziam que o povo estava a preparar um motim.

O Regimento de Infantaria n.º 5 mostra sinais de querer sublevar-se.

5 de Junho, quinta-feira

É dia da feira de Torre D. Chama, no concelho de Mirandela. Rebentam tumultos em Fialhal que recebem como resposta cargas violentas de cavalaria.

Consta em Barcelos que ali iria passar uma força de duzentos homens do RI-5 que iriam render uma força de Cavalaria 7 que estava em Valença e que se dirigiria para Braga.

LISBOA, 5 DE JUNHO

As notícias recebidas hoje do governador civil de Viana confirmam as que se publicaram no boletim anterior; relativamente aos concelhos de Monção e Soajo.

Nas outras terras do reino a tranquilidade pública continua inalterável.

in *Diário de Lisboa*, n.º 126, 6 de Junho de 1862.

6 de Junho, sexta-feira

Os operários do Porto, enquanto aguardam a resposta a uma petição que apresentaram ao governador civil, mantêm-se calmos. Vinda das Caldas de Santo António, recolhe a Braga uma força do RI-5.

LISBOA, 6 DE JUNHO

Por notícias recebidas hoje, consta haver sossego em todos os distritos do reino.

in *Diário de Lisboa*, n.º 127, 7 de Junho de 1862.

7 de Junho, sábado

De Soajo a Monção os sinos tocam a rebate.

No distrito de Braga a agitação afrouxa.

Está estacionada nas Taipas uma força do RI-5.

No Marco de Canaveses, em Baião e em Cinfães nota-se agitação entre os homens do povo.

8 de Junho, domingo

Pela tarde, acorreu muita gente ao jardim de S. Domingos, em Guimarães, por altura da abertura do hospital. Ao contrário do que se esperava, não houve qualquer manifestação.

A força do 13 que esteve nos Arcos foi rendida por homens do 6, recolhendo a Braga.

Causam dó, não dizemos bem, causam indignação, os escravos do governo que negam ao povo o direito de se servir dos meios extremos; que o censuram asperamente por se revolucionar e que louvam o governo, que o desculpam, que pretendem até divinizá-lo como em outros tempos se divinizavam os grandes tiranos, os grandes criminosos e os impostores.

(...)

Apareceram por último alguns agitadores, alguns indivíduos que forneceram os meios, mas não o sr. Conde da Azenha, como por aqui espalharam os seus inimigos, mas outras pessoas, e entre estas um parvo que faz mal por entretenimento; mas não houve ordem superior; não entrou nos tumultos a política regeneradora nem cabralista. Se os chefes desses dois partidos, hoje coligados, quisessem servir-se destes meios, a revolta tomaria um aspecto assustador; porque todos têm grande influência nesta província.

in *O Diário do Povo*, n.º 151, 10 de Junho 1862.

9 de Junho, segunda-feira

Cerca das 21 horas parte do Porto em direcção a Braga o que restava naquela cidade do Regimento de Infantaria n.º 5 (trinta praças, alguns oficiais e a música).

10 de Junho, terça-feira

Consta que o delegado do tesouro de Braga irá ser transferido.

"Segundo as últimas notícias, continua em todos os distritos do reino a manutenção da ordem pública." (Diário de Lisboa).

ALERTA — Levanta este grito a correspondência de Espanha, avisando o governo vizinho para se colocar em atitude em consequência dos tumultos que se dão em Portugal e do anunciado casamento de El-Rei com a princesa Maria Pia.

in *Diário do Povo*, n.º 131, 10 de Junho 1862.

11 de Junho, quarta-feira

Chegou a Guimarães o inspector das contribuições.

Parte de Valença o que ali restava de cavalaria 7, dirigindo-se para Braga. Diz-se que o seu destino será Guimarães onde ficaria e fazer guarnição permanente, apesar das gerais antipatias que goza entre os vimaranenses.

O povo deste distrito está tranquilo. Históricos! Dormi descansados, fazei a vossa; digestão em paz.

in *O Bracarense*, n.º 724, 11 de Junho 1862.

Continua e haver tranquilidade em toda a parte do reino. (Diário de Lisboa).

12 de Junho, quinta-feira

Reina o sossego público no país.

13 de Junho, sexta-feira

Continua reinar a tranquilidade, apesar de persistirem ainda alguns focos de agitação.

14 de Junho, sábado

Penteado, membro da comissão de inquérito nomeada pelo governo, parte de Guimarães para Fafe.

O delegado do tesouro de Braga pediu e exoneração do seu cargo, que foi imediatamente aceite.

BARCELOS, 14 DE JUNHO

Há 9 ou 10 dias que se acha nesta vila o sr. Silva Lobo encarregado da revisão das matrizes.

As freguesias do concelho têm representado já quase todas contra o mau sistema por que se lhe distribuiu os impostos. Na verdade, em algumas, senão em todas as matrizes prediais acham-se desigualdades e arbitrariedades dos empregados que as fizeram, que fazem revoltar o estômago ainda o mais bem digestivo; por exemplo, numa freguesia das mais pequenas deste concelho, cujo rendimento colectável era, no ano de 1860, de 826\$240 rs., e que os informadores tinham colectado para o ano de 1861 em menos 6.000 rs., aparece na matriz predial elevado o rendimento daquela freguesia em 1.344\$620 rs.. Em todas as freguesias há mais ou menos destas arbitrariedades; é mau que o povo fosse encarregado de lançar um véu sobre o tempo do "pague e não bufe", como dizia, há pouco, certo escrivão de fazenda quando se procuravam os despachos das petições. Temos ouvido fazer elogios ao sr. Silva Lobo, veremos o que ele cá veio fazer; oxalá que ele viesse plantar o ramo de oliveira entre o nosso povo."

in O Bracarense, n.º 725; ano VII, 16 de Junho 1862.

16 de Junho, segunda-feira

Em Poiães foi preso o filho do oficial de diligências de Castelo Branco, acusado de envolvimento nos motins.

Em Sinfães (Viseu) geraram-se tumultos em grande escala, que acabaram por ser aquietados pelo administrador de Viseu.

Continua o sossego em quase todo o país.

17 de Junho, terça-feira

Continua o sossego em todo o distrito de Braga.

Correu o boato de que o escrivão da fazenda de Braga se demitiu.

Diz-se que, encerradas as cortes, se iniciará uma perseguição encarniçada aos homens que se envolveram nos motins.

O Vimaranesense publica um mapa e comparativo dos rendimentos colectáveis das freguesias do concelho de Guimarães dos anos de 1860 e 1861.

No relatório que o snr. Penteado, ilustre inspector que aqui esteve, mandou ao governo, consta-nos que menciona uma infinidade de arbitrariedades, cada uma das quais, só por si, era capaz de anular todo o trabalho das matrizes!

E, na realidade; basta olhar só para o mapa comparativo do rendimento colectável das diferentes freguesias para facilmente se conhecer as injustiças que se praticaram.(...)

(...) A agitação popular que tinha posto em sobressalto o país, e que lavrando de concelho em concelho, de distrito em distrito, ameaçava submergir a nação no abismo duma revolução temerosa, tem felizmente acalmado pouco a pouco, e segundo as notícias das diferentes localidades, e informações das respectivas autoridades, parece que está restabelecida a ordem e segura a tranquilidade pública.

(...) Hoje porém não pode restar dúvida alguma sobre os motivos que levaram os povos a amotinarem-se, que se deve atribuir só e exclusivamente às arbitrariedades e incapacidade dos agentes do fisco.

A prova está nas matrizes, nessa monstruosa obra dos escrivães de fazenda onde se mostra que desprezaram as disposições da lei, que alteraram a seu bel-prazer as informações dos louvados, que não atendam às reclamações dos contribuintes exacerbando assim as paixões populares.

Não somos nós que o dizemos, é a comissão de inquérito, que o governo mandou a esta província, e que no exame a que tem procedido tanto em Braga, como nesta cidade, achou irregularidades de tal natureza, que imediatamente propôs ao governo a reforma.

in *O Vimaranesse*, n.º 18, 17 de Junho

		Quadro comparativo do rendimento colectável — Guimarães 1860-1861		
FREGUESIAS		RENDIMENTO COLECTÁVEL EM 1860	RENDIMENTO COLECTÁVEL EM 1862	VARIAÇÃO (%)
Cidade	Oliveira	8:670\$408	9:739\$467	12,3
	Castelo	144\$966	191\$003	31,8
	S. Paio	7:331\$723	8:270\$848	12,8
	S. Sebastião	8:814\$983	9:866\$200	11,9
	Abação (S. Cristóvão)	515\$700	568\$723	10,3
	Abação (S. Tomé)	1:876\$900	2:047\$481	9,1
	Airão (S. João)	661\$240	899\$444	36,0
	Airão (Santa Maria)	1:164\$400	1:496\$858	28,6
	Aldão	879\$600	1:221\$035	38,8
	Arosa	563\$480	935\$462	66,0
	Atães	2:012\$962	2:806\$784	39,4
	Azurém	2:981\$890	4:162\$778	39,6
	Balazar	1:073\$650	1:240\$137	15,5
	Barco	984\$410	1:404\$698	42,7
	Briteiros (S. Estêvão)	1:258\$820	1:599\$727	27,1
	Briteiros (Santa Leocádia)	1:967\$000	2:108\$833	7,2
	Briteiros (S. Salvador)	1:398\$660	1:936\$142	38,4
	Brito	2:901\$260	3:021\$235	4,1
	Caldas (S. João)	2:038\$216	2:334\$870	14,6
	Caldas (S. Miguel)	2:604\$177	2:974\$246	14,2
	Caldelas	2:084\$694	2:766\$183	32,7
Calvos	644\$980	700\$443	8,6	
Candoso (S. Martinho)	1:360\$990	1:514\$816	11,3	

BOLETIM de trabalhos históricos 2003

134

FREGUESIAS	RENDIMENTO COLECTÁVEL EM 1860	RENDIMENTO COLECTÁVEL EM 1862	VARIAÇÃO (%)
Candoso (S.Tiago)	1:904\$690	1:945\$816	2,2
Castelões	691\$300	1:034\$300	49,6
Serzedelo	2:430\$570	3:009\$203	23,8
Cerzedo	1:603\$582	1:423\$530	-11,2
Conde	1:019\$960	1:073\$503	5,2
Corvite	787\$537	1:170\$380	48,6
Costa	2:239\$100	2:940\$337	31,3
Creixomil	6:980\$980	8:654\$151	24,0
Donim	962\$141	1:427\$187	48,3
Figueiredo	1:282\$580	1:284\$525	0,2
Fermentões	3:949\$420	5:260\$735	33,2
Gandarela	747\$170	1:017\$565	36,2
Gêmeos	880\$000	1:404\$584	59,6
Gominhães	1:124\$220	1:306\$445	16,2
Gonça	1:446\$200	2:415\$471	67,0
Gondar	1:388\$177	1:764\$591	27,1
Gondomar	1:188\$830	1:379\$661	16,1
Guardizela	1:793\$600	2:080\$798	16,0
Infantas	1:544\$100	2:005\$900	29,9
Infias	2:048\$800	2:187\$176	6,8
Leitões	1:403\$880	1:820\$444	29,7
Lobeira	1:331\$478	2:228\$018	67,3
Longos	2:481\$400	3:007\$774	21,2
Lordelo	2:532\$050	3:388\$770	33,8
Mascotelos	810\$391	872\$105	7,6
Matamá	757\$690	793\$516	4,7
Mesão Frio	2:238\$098	2:260\$370	1,0
Moreira de Cónegos	2:151\$960	2:626\$975	22,1
Nespereira	2:067\$500	2:481\$807	20,0
Oleiros	1:229\$310	1:414\$396	15,1
Paraíso	974\$466	1:179\$916	21,1
Pencelo	1:363\$720	1:943\$242	42,5

FREGUESIAS	RENDIMENTO COLECTÁVEL EM 1860	RENDIMENTO COLECTÁVEL EM 1862	VARIAÇÃO (%)
Pentieiros	520\$370	788\$959	51,6
Pinheiro	1:651\$997	2:051\$827	24,2
Polvoreira	2:520\$600	3:013\$467	19,6
Ponte	3:707\$530	4:855\$591	31,0
Prazins (Santa Eufémia)	1:028\$050	1:421\$236	38,2
Prazins (Santo Tirso)	1:087\$200	1:526\$648	40,4
Rendufe	1:214\$960	1:368\$613	12,6
Ronfe	3:432\$860	3:610\$597	5,2
Sande (S. Clemente)	2:610\$440	2:948\$183	12,9
Sande (S. Lourenço)	1:694\$820	2:123\$242	25,3
Sande (Vila Nova)	832\$323	891\$000	7,0
Sande (S. Martinho)	2:388\$850	3:265\$939	36,7
Selho (S. Cristóvão)	966\$447	1:485\$200	53,7
Selho (S. Jorge)	1:337\$715	1:866\$532	39,5
Selho (S. Lourenço)	1:481\$070	1:914\$591	29,3
Silvares	2:857\$010	3:963\$455	38,7
Souto (Santa Maria)	1:313\$940	1:324\$917	0,8
Souto (S. Salvador)	2:723\$130	3:567\$624	31,0
Taboadelo	975\$600	1:193\$142	22,3
Tagilde	2:280\$040	2:558\$538	12,2
S. Torquato	4:286\$710	7:181\$295	67,5
Urgeses	3:971\$104	4:598\$366	15,8
Vermil	939\$800	1:078\$177	14,7
Vizela (S. Faustino)	826\$340	969\$550	17,3
Vizela (S. Paio)	1:381\$930	1:525\$511	10,4
Total	157:320\$845	193:702\$804	23,1

Fonte: O Vimaranesense, n.º 18, 17 de Junho

20 de Junho, sexta-feira

Surgiram ultimamente em Aveiro alguns pasquins incitando o povo à rebelião.

23 de Junho, segunda-feira

Reina em Tábua grande agitação. Aparecem pasquins inflamados que deixam as autoridades em cuidados.

26 de Junho, quinta-feira

Terminou em Barcelos o prazo para reclamações contra as irregularidades das matrizes. Existe entre os contribuintes a convicção de que as contribuições serão pagas pelas matrizes de 1860. As freguesias reclamaram em peso.

27 de Junho, sexta-feira

Foi levantado um processo contra o editor de *O Raio*, da autoria de onze eclesiásticos de Guimarães, por os terem acusado de participarem nos motins.